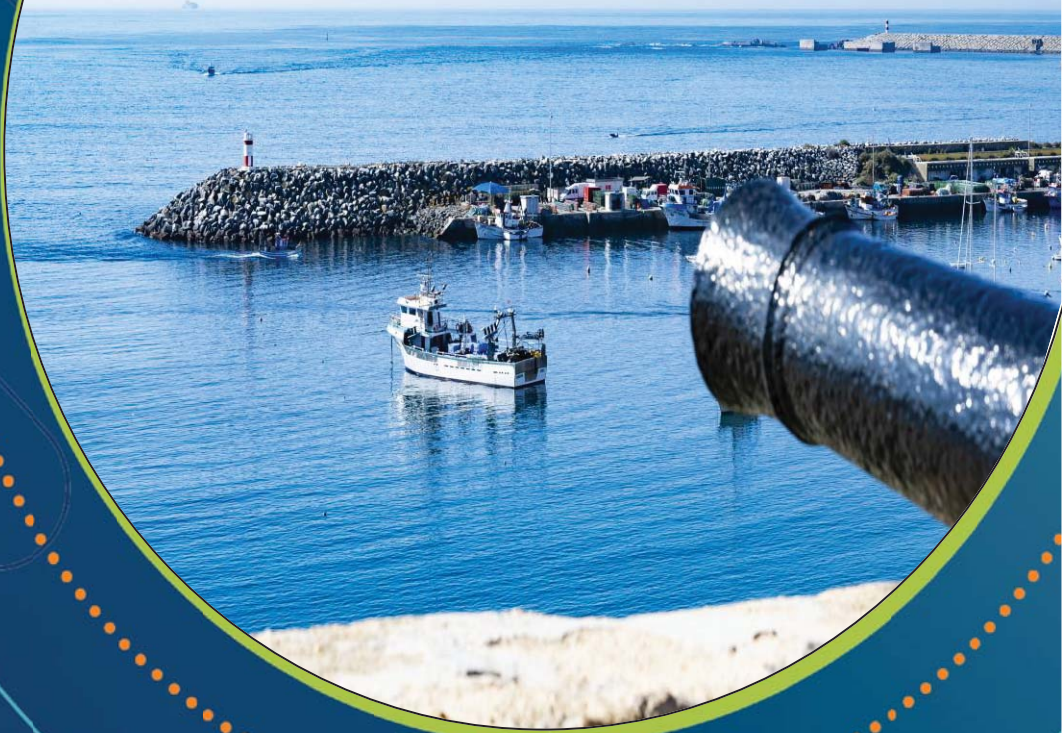




DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS - 2023



RELATÓRIO DE GESTÃO

Nota Introdutória.....	1
Metodologia.....	2
Sines Tecnopolo - Associação Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica Vasco da Gama	5
Análise Financeira	5
Síntese da Atividade Desenvolvida	6
Associação Pró Artes de Sines	25
Análise Financeira	25
Síntese da Atividade Desenvolvida	26
Análise Patrimonial.....	29
Análise ao Balanço Consolidado – Ativo	29
Análise ao Balanço Consolidado – Passivo.....	30
Análise ao Balanço Consolidado – Património Líquido.....	31
Análise à Demonstração de Resultados – Gastos	32
Análise à Demonstração de Resultados – Rendimentos	32
Análise à Demonstração de Resultados – Resultados	33
Endividamento do Grupo Municipal.....	34
Indicadores de Gestão	35
Demonstrações Financeiras Consolidadas	37
Balanço consolidado	38
Demonstração dos resultados por naturezas consolidados	41
Demonstração das alterações no património líquido consolidada	43
Demonstração dos fluxos de caixa consolidados.....	45
Anexos às demonstrações financeiras consolidadas	47
Demonstrações orçamentais consolidadas	83
Demonstração Consolidada de Desempenho Orçamental.....	84
Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza	86

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Dados Financeiros - Sines Tecnopolo.....	5
Tabela 2 - Dados Financeiros - Pró Artes	25
Tabela 3 - Balanço Consolidado – Ativo	29
Tabela 4 - Balanço Consolidado – Passivo	30
Tabela 5 - Balanço Consolidado – Património Líquido	31
Tabela 6 - Demonstração de Resultados – Gastos	32
Tabela 7 - Demonstração de Resultados – Rendimentos.....	33
Tabela 8 - Resultados.....	33
Tabela 9 - Endividamento Consolidado – 2023	34
Tabela 10 - Evolução do Endividamento Consolidado	34
Tabela 11 - Indicadores Económico-Financeiros	35
Tabela 12 - Comparticipação de cada entidade nas demonstrações financeiras	36

NOTA INTRODUTÓRIA

Em conformidade com o disposto no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os municípios apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

Dispõe o artigo 75.º do referido diploma que o grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades, devendo ainda serem consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal.

Nestes termos, o grupo municipal é constituído pelo Município de Sines, entidade consolidante, e pelas entidades consolidadas, Associação Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica Vasco da Gama (Sines Tecnopolo), a Associação Pró Artes de Sines e a Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.

Refere o artigo 76.º do RFALEI que os documentos de prestação de contas consolidados são elaborados e aprovados pelos órgãos executivos de modo a serem submetidos à apreciação dos órgãos deliberativos durante a sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam.

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aplica-se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsetor da segurança social, e às entidades públicas reclassificadas. Este sistema permite uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC e ao SNC –ESNL, aplicados no contexto do setor empresarial local e das entidades do setor não lucrativo, respetivamente.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

METODOLOGIA

A elaboração da prestação de contas consolidadas do Município de Sines para o exercício de 2023 teve subjacente os seguintes normativos:

- Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro - Lei de Enquadramento Orçamental (LEO);
- Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP);
- Instrução n.º 1/2019 - Prestação de contas das entidades sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo do Tribunal de Contas (TC);
- Resolução n.º 3/2023 do Tribunal de Contas - Prestação de contas relativas ao ano de 2023 e gerências partidas de 2024;
- Regime Financeiro das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

No SNC-AP os interesses em outras entidades são regulados pelas seguintes normas:

- NCP 21 – Demonstrações Financeiras Separadas - O objetivo desta Norma é prescrever os requisitos de contabilização e divulgação aplicáveis aos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos, ou associadas quando uma entidade prepara demonstrações financeiras separadas.
- NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas - O objetivo desta Norma é prescrever princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades.
- NCP 23 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos - O objetivo desta Norma é prescrever o tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos e definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial no tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos.
- NCP 24 – Acordos Conjuntos - O objetivo desta Norma é prescrever os princípios de relato financeiro das entidades com interesses em acordos controlados conjuntamente (ou seja, acordos conjuntos).

Adicionalmente, podem ainda aplicar-se as seguintes normas:

- NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras
- NCP 16 – Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio
- NCP 18 – Instrumentos Financeiros

- NCP 20 – Divulgação de Partes Relacionadas

Nos termos do artigo 7.º do SNC-AP é estabelecido, em matéria de consolidação de contas, o seguinte quanto aos perímetros de consolidação:

- Perímetro de consolidação de natureza orçamental (NCP26);
- Perímetro de natureza financeira (NCP22).

As demonstrações consolidadas orçamentais e financeiras consubstanciam perímetros diferentes. No entanto não se trata de duas prestações de contas consolidadas diferentes, mas sim de mapas distintos na mesma prestação de contas consolidada.

Assim sendo, aquando da apresentação da prestação de contas consolidada, os municípios apresentam os mapas orçamentais com o perímetro orçamental e os mapas financeiros com o perímetro de controlo.

Relativamente ao perímetro de consolidação orçamental, no caso da administração local, o perímetro de consolidação é composto pelo conjunto de entidades incluídas neste subsetor nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, o que inclui a Associação Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica Vasco da Gama (Sines Tecnopolo) e a Associação Pró Artes de Sines. Quanto ao perímetro de consolidação financeira, inclui as entidades do perímetro de consolidação orçamental e as entidades controladas pelas Administrações Públicas.

No que concerne aos métodos de consolidação, o Município de Sines adotou os seguintes:

- Método de consolidação integral para as duas entidades que controla, Sines Tecnopolo e Associação Pró-Artes, evidenciando os direitos de terceiros, designados para este efeito como interesses minoritários; e o
- Método da equivalência patrimonial para a Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.

No método de consolidação integral, procedemos à integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante, os elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas.

Os interesses minoritários foram reconhecidos em termos de balanço e demonstração de resultados, de acordo com as percentagens de cada entidade consolidada que não são detidas pelo Município de Sines.

Seguidamente, procedemos à eliminação das operações internas das entidades que integram o grupo público, dada a estrutura das demonstrações financeiras anuais das entidades a consolidar. Deste modo, efetuámos as obrigatórias eliminações de saldos, das transações relativas a operações efetuadas entre as entidades e as necessárias eliminações recíprocas.

Dado o método de consolidação integral, foi necessário desenvolver as seguintes fases:

- Acumulação das contas do balanço e da demonstração dos resultados, através da simples adição, do conjunto das entidades a consolidar;
- Repartição, quer dos capitais próprios, quer do resultado do exercício das entidades dependentes, evidenciando a fração que pertence ao grupo e a que pertence a terceiros (interesses minoritários);
- Evidenciação da diferença entre o valor da participação financeira contabilizado no ativo do Município e a correspondente fração que lhe cabe nos capitais próprios das entidades dependentes;
- Anulação de todas as operações entre as entidades a consolidar, bem como dos resultados e demais saldos de contas delas decorrentes.

No que respeita ao método de equivalência patrimonial aplicado à participação do Município de Sines na Município, SA., foram reconhecidas as variações no capital próprio da participada e o resultado líquido do período de 2023, em função da percentagem detida.

SINES TECNOPOLO - ASSOCIAÇÃO CENTRO DE INCUBAÇÃO DE EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA VASCO DA GAMA

ANÁLISE FINANCEIRA

TABELA 1 - DADOS FINANCEIROS - SINES TECNOPOLO

(unidade: €)

Dados anuais	2023	2022	Variação	
			(€)	(%)
Capital Social	1.007.500	1.007.500	0	0,00%
Total do ativo	4.802.130	4.461.626	340.504	7,63%
Capital próprio	2.534.694	2.516.008	18.686	0,74%
Resultado líquido do período	192.092	131.523	60.569	46,05%
Passivo total	2.267.436	1.945.618	321.818	16,54%
Passivo não corrente	1.629.366	1.157.032	472.335	40,82%
Financiamentos obtidos	1.629.366	1.157.032	472.335	40,82%
Passivo corrente	638.069	788.586	-150.517	-19,09%
Financiamentos obtidos	70.634	276.189	-205.556	-74,43%
Fornecedores/Outros credores CP	567.436	512.397	55.039	10,74%
Acréscimos e diferimentos	0	0	0	
Total de rendimentos e ganhos	1.105.252	1.126.152	-20.899	-1,86%
Volume de negócios	848.901	804.777	44.124	5,48%
Prestação de Serviços	441.733	203.777	237.956	116,77%
Subsídios à exploração	407.168	601.000	-193.832	-32,25%
Total de gastos e perdas	913.161	994.699	-81.538	-8,20%
EBITDA	444.804	279.557	165.247	59,11%
Gastos com o pessoal	386.002	339.329	46.674	13,75%
Nº empregados	17	15	2	13,33%

O Sines Tecnopolo - Associação Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica Vasco da Gama apresenta um ativo de 4,8 milhões de euros, um passivo de 2,3 milhões e um capital próprio de 2,5 milhões de euros.

O resultado líquido do período de 2023 no valor de 192 mil euros representa uma variação de 46% face a 2022.

SINTESE DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA

O Sines Tecnopolo - Associação Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica Vasco da Gama, constituído a 19 de dezembro de 2006, é uma Associação privada sem fins lucrativos, com sede na Zona de Indústria Ligeira, Lote 122 A, Freguesia e Concelho de Sines. Iniciou a sua atividade a 01 de agosto de 2007, e tem como objeto social:

- A promoção do empreendedorismo de base tecnológica e a oferta de serviços complementares relevantes para a atividade económica regional, acolhendo nas suas instalações ideias, projetos e empresas que apresentem uma forte ligação com áreas de investigação e desenvolvimento tecnológico determinantes para a diversificação e fortalecimento do tecido empresarial da região;
- A promoção e incorporação de tecnologia e conhecimento produzido em instituições de investigação e ensino superior e a respetiva transferência para o setor produtivo;
- A constituição, promoção, desenvolvimento e gestão de um centro de incubação de empresas de base tecnológica;
- A prestação de serviços especializados, consultoria, formação, marketing, aluguer e rentabilização de espaços de apoio às empresas.

Durante o ano de 2023 foram desenvolvidos um conjunto de projetos, dos quais se destacam:

- ATLAZUL
 - o O principal objetivo do projeto é identificar desafios, oportunidades e gerar redes que promovam a especialização da área transfronteiriça em matéria de crescimento azul, bem como desenvolver inovações no âmbito das políticas de Crescimento Azul, centradas em novas soluções com suporte digital, para o problema do metabolismo territorial e da melhoria do conhecimento terrestre e marinho.
 - o Atividades desenvolvidas:
 - Contribuições para Plano de Comunicação;
 - Participação na TRANSFIERE - Forum Europeu para a Ciência, Tecnologia e Inovação em Málaga para realização de benchmarking transfronteiriço (Portugal/Espanha) de 14 a 17/02/2023 em Málaga;
 - Participação na reunião da rede nacional de inovação aberta que se realizou em Faro, dia 01/03/2023;
 - Participação no Dia Aberto do MARE - Laboratório de Ciencias do Mar

- da Universidade de Évora;
- Participação na reunião da rede peninsular de inovação aberta que se realizou dia 28/06/2023 em Lisboa;
 - Participação na Green Shipping PT - Portuguese Flag workshop, organizada pela DGRM, no dia 04/05/2023 em Lisboa;
 - Participação na Jornada de Trabalho - Estratégia Regional de Crescimento Azul do Algarve - da estratégia ao plano de ação, que se realizou dia 18/04/2023 em Portimão;
 - Participação nas jornadas de trabalho realizadas pela CCDR Alentejo, relativamente à estratégia regional de crescimento azul para o Alentejo, no dia 31/05/2023 em Évora e, no dia 26/06/2023 em Sines;
 - Participação na sessão de apresentação do Livro Branco para o Crescimento Azul no território de cooperação (Alentejo, Algarve, Andaluzia) dia 27/06/2023 em Cádiz;
 - Participação na sessão final de apresentação de resultados realizada em Sevilha no dia 07/06/2023;
 - Finalização de Relatório de Benchmarking do Crescimento Azul na Região Transfronteiriça;
 - Disseminação de Práticas para Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, junto das empresas da área do turismo costeiro;
 - Reuniões de comité de seguimento do projeto.
- **BLUE BUSINESS ACADEMY - GESTÃO E LIDERANÇA PARA PORTOS MARÍTIMOS**
 - o Blue Business Academy pretende incrementar a relação entre entidades da Comunidade Portuária a nível da gestão e liderança, capacitando líderes de topo e técnicos superiores através de bootcamps, sessões de coaching, formação online em novas tecnologias, sessões de formação temáticas com especialistas na área da gestão e liderança.
 - o O projeto Blue Business Academy levou a cabo várias iniciativas, destacando-se a formação em capacitação em novas tecnologias. Esta formação, com uma duração total de 48 horas distribuídas por 4 módulos independentes de 12 horas cada, abordou temas como inteligência artificial, ferramentas de gestão de dados e de informação. A formação teve como objetivos principais aprofundar conhecimentos nas novas tecnologias, a valorização destas como um fator inovador e sustentável para o negócio turístico. 15 empresas

beneficiaram destas ações de formação.

- FISHINN

- o Projeto que pretende a sustentabilidade do ecossistema pesqueiro através da introdução de práticas inovadoras.
- o Os ecossistemas pesqueiros no Atlântico enfrentam um declínio. FISHINN pretende aumentar a sua competitividade e resiliência reforçando a colaboração dos atores locais e aumentando as suas capacidades de inovação. Este intercâmbio de conhecimentos entre os intervenientes e centros tecnológicos estimulará a criação de novas atividades e a transição para soluções inteligentes, circulares e mais eficientes para inverter o seu declínio.
- o FISHINN propõe uma abordagem territorial integrada em 4 ecossistemas de pesca com base numa metodologia comum:
 - 1) DIAGNOSTICAR e alterar desafios e oportunidades, assegurando a colaboração das partes interessadas através de FÓRUMS LOCAIS DE INOVAÇÃO;
 - 2) Identificar e estudar as SOLUÇÕES DE INOVAÇÃO existentes na Europa para enfrentar estes desafios;
 - 3) Desenvolver ROTEIROS DE INOVAÇÃO e aumentar a capacidade de inovação das partes interessadas;
 - 4) Fornecer a outras pescas locais atlânticas soluções baseadas na inovação para apoiar a sua transformação.
- o Parceiros:
- o Parceiros associados portugueses:
 - Associação de Armadores da Pesca Artesanal e do Cerco do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina;
 - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral.
- o Parceiros portugueses:
 - Sines Tecnopolo.
- o Parceiros internacionais:
 - Leartibai Fundazioa (Competitividad Industrial y Coordinación de Proyectos Europeos) - Espanha
 - Pôle Mer Bretagne Atlantique (European Affairs) - França
 - Technopole Quimper Cornouaille (Finistère) - França
 - Munster Technological University (Innovation Office) - Irlanda

- **NAUTICAL LEADERS 4.0 - FORMAÇÃO PARA O SUCESSO EMPRESARIAL TURÍSTICO**
 - o O Nautical Leaders 4.0 pretende abranger as empresas da Estação Náutica a nível da gestão e liderança, capacitando líderes de topo e técnicos superiores através de bootcamps, sessões de coaching, formação online em novas tecnologias e sessões de formação temáticas com especialistas na área da gestão e liderança.
 - o Nautical Leaders 4.0 está direcionado para empresas náuticas com negócios no âmbito do crescimento azul e tem como principal objetivo a competitividade da economia azul através da formação no emprego para o desenvolvimento de competências empresarias e de gestão, preparando as empresas ligadas ao Turismo para um crescimento sustentável.
 - o Este projeto visa incrementar a relação entre os vários players da comunidade náutica da região, potenciando a competitividade, colaboração e inovação no Alentejo Litoral.
 - o O projeto promoveu várias iniciativas, destacando-se as ações de formação em novas tecnologias aplicadas à gestão. A formação decorreu em formato online tendo como público-alvo empreendedores e técnicos de empresas ligadas ao Turismo Náutico. Com uma duração total de 48 horas, distribuídas por quatro módulos independentes, esta formação abordou temas como a inteligência artificial aplicada à gestão, ferramentas de gestão de dados e de informação. 16 empreendedores beneficiaram destas ações.
- **NEXOMAR**
 - o Projeto que pretende criar um nexo transfronteiriço para impulsionar a atividade logística marítima.
 - o O projeto Nexomar visa estimular a atividade logística marítima, reforçando as capacidades organizacionais e tecnológicas nos portos do Alentejo-Algarve e Andaluzia. Procura promover a internacionalização e expandir a presença global de empresas logísticas e produtoras, melhorando a competitividade das indústrias da Euro-região frente aos desafios da globalização e das cadeias de fornecimento. O projeto foca em melhorar as competências em todos os aspetos da logística, incluindo o setor público, autoridades portuárias, operadores logísticos e setores estratégicos, fomentando a cooperação e otimizando o uso das infraestruturas existentes.
 - o O projeto propõe tornar os recursos logísticos mais sustentáveis, digitais e acessíveis, elevando a competitividade e eficiência dos setores logístico e

industrial através de iniciativas de estratégia empresarial entre as empresas participantes. Com o objetivo de solidificar a internacionalização, aplicando inovações como smart-logistics, logística colaborativa e logística 4.0, e enfrentando normas de sustentabilidade e eficiência energética. O projeto divide-se em quatro atividades principais e duas transversais, na observação de oportunidades logísticas, promoção da atividade logística, inovação, digitalização e estruturas de colaboração conjunta.

- O Parceiros:
 - Consejo Andaluz de Cámaras Oficiales de C.I, Servicios y Navegación;
 - Cámara Oficial de Comercio, Indústria, Servicios y Navegación de Campo de Gibraltar, de Huelva, de Jerez de La
 - Frontera, de Sevilla;
 - Fundacion Bahía de Cádiz para el Desarrollo Económico;
 - Sines Tecnopolo;
 - Universidade de Évora.
- SAFERSEA
 - O Projeto que pretende aumentar a sensibilização para os desafios enfrentados pela indústria naval na sua transição ecológica.
 - O Oceano Atlântico é uma área estratégica para a navegação e uma porta de entrada para a Europa. A procura de transporte através de cargas deverá mesmo aumentar nas próximas décadas, o que deverá também agravar a pegada ambiental do transporte marítimo no Espaço Atlântico. O sector é atualmente instado a tomar medidas corretivas para apoiar um compromisso global no sentido de uma maior proteção do nosso ambiente. O projeto SaferSEA visa assim aumentar a sensibilização para os desafios enfrentados pela indústria naval. O objetivo deste projeto é contribuir para o desenvolvimento de um sector marítimo mais seguro e ecologicamente mais amigável e fornecer às partes interessadas do sector marítimo soluções para apoiar a sua transição ecológica. A SaferSEA irá assim fomentar a identificação e desenvolvimento de novas tecnologias para navios e portos, e uma ligação mais forte entre os interessados – armadores, autoridades portuárias, investigadores, start-ups inovadores.
 - O Parceiros:
 - O Parceiros associados portugueses:
 - Comunidade Portuária e Logística de Sines (Board);

- Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral.
- Parceiros portugueses:
 - UPTEC - Associação de Transferência de Tecnologia da Asprela (Departamento de Desenvolvimento de Negócio);
 - Sines Tecnopolo
- Parceiros internacionais:
 - Technopôle Brest-Iroise (Pôle Entrepreneuriat) - France;
 - Fundación Bahía de Cádiz para el Desarrollo Económico (EU Project's Department) - Spain;
 - Centre of Documentation Research and Experimentation on Accidental Water Pollution (CEDRE)- France;
 - Southwest Business & Technology Centre Ltd (t/a CorkBIC) (Consulting)- Ireland
- DIBEST
 - Projeto de Inovação Digital para Economia Azul e Turismo Social.
 - O projeto Inovação Digital para Economia Azul e Turismo Social (DIBEST) é um projeto colaborativo transnacional que se apoia numa rede de microempresas de economia azul, através de um modelo de triple hélice alicerçado entre parceiros de negócio, universidade e associações de turismo em 4 países. O foco deste projeto é fornecer ferramentas para implementar práticas de digitalização, turismo mais sustentável e amigo do ambiente em cada região. Cerca de microempresas de toda a rede serão escolhidas para participar neste projeto e receberão um conjunto de conhecimentos e formação com base nas suas necessidades específicas e disponibilidade para a digitalização. Algo que será alcançado através de uma série de atividades, seminários, orientação, formação, eventos comunitários e viagens de estudo. Uma compilação de conhecimento será criada e divulgada em várias plataformas e disponibilizado para todos os profissionais do turismo em toda a Europa, bem como instituições de ensino superior.
 - Parceiros:
 - Parceiros associados portugueses:
 - Região de Turismo do Algarve (Departamento Operacional)
 - Parceiros portugueses:
 - Universidade do Algarve
 - Nera

- Sines Tecnopolo
- Parceiros internacionais:
 - Western Development Commission (Regional Development)- Ireland
 - Universidad de Málaga (Oficina de Transferencia de Resultados de Investigación) - Spain
 - Asociación Galega de Actividades Náuticas-AGAN+ (European projects) - Spain
 - RDI Hub (RDI Hub)- Ireland
 - ASS POLE COMPETI TRANSAC ELEC SECURISEES (APTES) (Europe)- France
 - Munster Technological University (Hospitality, Culinary Arts & Tourism)- Ireland
 - EM Normandie Business School (METIS LAB)- France
 - Parque Tecnológico de Andalucía, S.A. (Transferencia de Tecnología y Relaciones Internacionales) – Spain
 - Empresa Municipal de Iniciativas y Actividades Empresariales de Málaga S.A. (Projects area) - Spain
- START UP ZERO
 - StartUp Zero é um projeto de inovação e empreendedorismo focado na transição para a economia circular que conjuga a aceleração de modelos de negócio circulares por design para a criação de valor de mercado, com a capacitação dos consumidores partindo dos jovens a partir do 3.º ciclo.
 - Através do cofinanciamento do Fundo Social Europeu, no âmbito do programa Compete 2020, o StartUp Zero implementou diversas ações estratégicas entre janeiro e junho de 2023. A primeira atividade, ATÉGINA, uma atividade de transição societal para a economia circular, alcançou um total de 157 alunos em 7 turmas dos concelhos de Sines e Santiago do Cacém. Esta expansão na segunda edição do projeto demonstra o sucesso e a aceitação da iniciativa pelas comunidades e escolas locais.
 - A segunda atividade do Atégina foi realizada através de Hackathons. Estes eventos de ideação, contabilizaram 310 participantes tendo resultado em 35 ideias de negócio tendo como princípio economia circular. Ainda no desenvolvimento da Atégina foi realizado o concurso de Ideias CURA, que mobilizou 183 empreendedores
 - e cerca de 65 projetos no setor da economia circular em Portugal.

- o O projeto promoveu aos vencedores do concurso de ideias, dos hackathons e do programa de aceleração, uma visita de imersão para dar a conhecer as boas práticas dos Países Baixos em relação à economia circular. 25 empreendedores beneficiaram deste prémio.
- o O evento de encerramento, realizado em São João da Madeira, no final do mês de julho, marcou o fim do projeto, partilhando os resultados do projeto e o lançamento de futuras iniciativas.
- CENTRO QUALIFICA
 - o Divulgação nas redes sociais do projeto Centro Qualifica (vídeo com uma candidata que fez o processo RVCC- NS connosco e já está na universidade, fotografias de candidatos certificados).
 - o Reuniões de trabalho com a equipa do Centro Qualifica.
 - o Reforço da equipa formativa para processos de RVCC à distância e presencial.
 - o Participação dos elementos da equipa em formações e webinars relevantes para o bom funcionamento do Centro Qualifica.
 - o Participação no XI Encontro Nacional de Formadores.
 - o Participação no IX Seminário Nacional e Internacional de Educação e Formação de Adultos.
 - o Participação no Encontro “Imigração: Desafios e Oportunidades Inclusão/Discriminação/Igualdade.
 - o Participação no Fórum sobre Educação não Formal.
 - o Acompanhamento de candidatos:
 - Nº de inscrições -148 Candidatos;
 - Nº de encaminhamentos para ofertas - 91 candidatos.
 - Nº de encaminhamentos para processos de RVCC - 55 candidatos.
 - Nº de candidatos em reconhecimento - 45 candidatos.
 - Nº de candidatos transferidos - 5 candidatos.
 - Nº de candidatos suspensos - 1 candidato.
 - Nº de desistências - 1 candidato.
 - Nº de Certificações outras modalidades - 215 candidatos.
 - Certificação de 17 candidatos no processo RVCC - Nível Secundário, com validação total (15) e parcial (2).
 - o Realização de sessões de Orientação e Encaminhamento de diversos candidatos, de acordo com as suas necessidades formativas e/ou de qualificação.

- o Reuniões com entidades para promoção do Centro Qualifica.
 - o Continuação e início de novos processos de RVCC Escolar, de nível Básico e Secundário, e acompanhamento por parte dos Técnicos de Orientação, Reconhecimento e Validação de Competências.
 - o Encaminhamento de candidatos para as diversas ofertas formativas.
 - o Melhoramento dos procedimentos internos do Centro Qualifica.
- CICLO DE WORKSHOPS
 - o Desenvolvimento de 5 workshops em parceria com o Instituto Politécnico de Setúbal e a Universidade de Évora:
 - Networking (IPS)
 - Liderança (IPS)
 - Marketing Digital (IPS)
 - Competência para o futuro (IPS)
 - Plataforma Puma (UE)
 - o Divulgação do ciclo de workshops.
 - o Receção de inscrições.
 - o Planeamento e organização do ciclo de workshops.
 - o Avaliação e encerramento.
- FORMAÇÃO À MEDIDA
 - o Realização de 91 propostas de formação;
 - o Adjudicação de 25 propostas de formação;
 - o Participação de 17 empresas;
 - o 862 - Segurança e Higiene no Trabalho
 - Realização de 138 horas formação
 - 20 ações de formação
 - Certificação de 175 formandos
 - Volume de formação de 1200 horas
 - o 222 - Línguas e literaturas estrangeiras
 - Realização de 19 horas de formação
 - 2 ações de formação
 - Certificação de 2 formandos
 - Volume de formação 38 horas
- FORMAÇÃO E-LEARNING E B-LEARNING
 - o Continuação do projeto de formação à distância.
 - o Melhoramento dos recursos da plataforma Moodle.

- o Realização de 357 ações de formação, correspondentes a 2403 Horas e Certificação de 1517 formandos:
- o 862 - Segurança e Higiene no Trabalho
 - Realização de 2135 horas formação
 - 350 ações de formação
 - Certificação de 1477 formandos
 - Volume de formação de 8891 horas
 - Participação de 73 empresas.
- o 729- Saúde
 - Realização de 64 horas de formação
 - 4 ações de formação
 - Certificação de 13 formandos
 - Volume de formação 208 horas
 - Participação de 3 empresas.
- o 222 - Línguas e literaturas estrangeiras
 - Realização de 24 horas de formação
 - 1 ação de formação
 - Certificação de 1 formando
 - Volume de formação 24 horas
 - Participação de 1 empresa.
- o 146 – Formação de Professores e Formadores de Áreas Tecnológicas
 - Realização de 180 horas de formação
 - 2 ações de formação
 - Certificação de 26 formandos
 - Volume de formação 2340 horas
- **FORMAÇÃO EM PARCERIA COM O FOR-MAR**
 - o Desenvolvimento de 7 cursos de formação em parceria com o For-mar, correspondentes a 789 Horas:
 - o Curso de Marinheiro Pescador:
 - Realização de 191 Horas de formação.
 - Certificação de 13 formandos.
 - o Cursos de Marinheiro de 2ª Classe do Tráfego Local:
 - Realização de 191 Horas de formação.
 - Certificação de 8 formandos.
 - o Curso de Primeiros Socorros:

- Realização de 25 Horas de formação.
 - Certificação de 13 formandos.
- o Curso de Liderança, Motivação e Gestão de Equipas:
 - Realização de 25 Horas de formação.
 - Certificação de 9 formandos.
- o Curso de Língua Inglesa – Relações Laborais – Iniciação:
 - Realização de 50 Horas de formação.
 - Certificação de 12 formandos.
- o Formação Combinada para Marítimos Estrangeiros:
 - Realização de 91 Horas de formação.
 - Certificação de 10 formandos.
- o Curso de Marinheiro Maquinista:
 - Realização de 216 Horas de formação.
 - Certificação de 22 formandos.
- **FORMAÇÃO STANDARD**
 - o Realização de 191 ações de formação, correspondentes a 886 Horas e Certificação de 2317 formandos:
 - o 222 – Línguas e Literaturas Estrangeiras
 - Realização de 24 horas formação
 - 1 ação de formação
 - Certificação de 19 formandos
 - Volume de formação de 456 horas
 - o 345– Gestão e Administração
 - Realização de 48 horas formação
 - 1 ação de formação
 - Certificação de 16 formandos
 - Volume de formação de 768 horas
 - o 729 – Saúde
 - Realização de 88 horas de formação
 - 11 ações de formação
 - Certificação de 129 formandos
 - Volume de formação 1032 horas
 - o 862 - Segurança e Higiene no Trabalho
 - Realização de 726 horas formação
 - 178 ações de formação

- Certificação de 2153 formandos
 - Volume de formação de 9060 horas
- **INFORMA**
 - o Preparação dos recursos para a mostra InForma
 - o Participação na Mostra durante 2 dias.
 - o Avaliação e encerramento.
- **OFERTA FORMATIVA EM PARCERIA COM O IEP**
 - o Desenvolvimento de uma ação de formação de Líquidos Penetrantes Nível 1 e 2, correspondente a 40 Horas.
 - o Divulgação e receção de inscrições.
 - o Preparação de sala de formação para atividades práticas.
 - o Planear, desenvolver e acompanhar as ações de formação.
 - o Apoio técnico e administrativo a formadores e formandos.
- **ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS MEDIDA EMPREENDE XXI**
 - o O Programa Empreende XXI, implementado pelo IEPF, representa uma estratégia robusta de fomento ao empreendedorismo, à criação de empresas e ao autoemprego. Com a escolha do Sines Tecnopolo como entidade credenciada, esta medida visa não só a promoção da cultura empreendedora, mas também o apoio concreto através de mentoria e consultoria especializada.
 - o O período para apresentação de candidaturas ao Empreende XXI decorreu de abril a 23 de junho de 2023. Ao longo deste intervalo, registámos aproximadamente 40 contatos, dos quais 19 empreendedores foram acompanhados entre abril e novembro de 2023. Destes, apenas 7 procederam à submissão de candidaturas. Recebemos também 27 pedidos para análise de processos, tendo sido realizadas aproximadamente 25 entrevistas com os promotores das candidaturas. Registámos ainda 3 solicitações para incubação virtual.
- **INCUBAÇÃO**
 - o 7 Novas Empresas Sediadas
 - Singelo Número Lda (física) – 15/01/2023
 - Advogada Maria Amélia Cruz (física) – 01/02/2023
 - Relevintrigante – Unipessoal, Lda (virtual) – 18/04/2023
 - Staalor Unipessoal Lda (física) – 08/05/2023
 - HGL - Sucursal em Portugal (física) – 03/07/2023

- Seasub - Mergulho Profissional, Lda (física) – 15/08/2023
- Winner Oxygen (física) – 01/08/2023
- o 24 Entidades e Empresas Sediadas
 - ACGSF Brand Design, Lda (virtual)
 - ACLS - Associação do Comércio Local de Sines (virtual)
 - Ambiosfera (física)
 - Astratec, Lda (virtual)
 - Bruxa do Mar Brewing (laboratório - física)
 - CENFIM (laboratório - física)
 - Complai, Lda (virtual)
 - CRA – Coelho, Ribeiro e Associados (física)
 - GAE – Gabinete de Apoio ao Empresário de Sines (física)
 - I'M OHNE PT (Virtual)
 - IMGp – Trabalho temporário (física)
 - In2Sea, Lda (física- Academia das Energias)
 - iZapiens (virtual)
 - JML Batista (física)
 - LC Ventures (virtual)
 - Light2life, Lda (virtual)
 - Lurdes Palma – Psicomed (virtual)
 - Naturaconsult, Lda (virtual)
 - Neptune IT LATAM Lda. (virtual)
 - Ofisines, Lda (virtual)
 - Ordem dos Engenheiros, Região Sul (física)
 - Romandrade (física)
 - Solarengo Energia (virtual)
 - Steerin, Lda (virtual)
- o 4 Saídas Incubação
 - Slow Vanity (física) – 31/03/2023
 - Singelo Número Lda (física) – 02/06/2023
 - Parque Eólico de Moncorvo (física) – 30/07/2023
 - Primavera – Serviços de limpeza (física) – 31/08/2023
- ENTRE NÓS – E8G
 - o O Projeto “Entre Nós-E8G”, tem como objetivo a promoção da Arte e Desporto como forma de inclusão para crianças dos 6 aos 25 anos de

contextos socioeconómicos vulneráveis.

- o Conta com ações que potenciam a participação e cidadania, voluntariado e contribuição para a prossecução dos objetivos inerentes à política de igualdade de género e de oportunidades.
- o O consórcio do projeto tem a Câmara Municipal de Sines como entidade promotora e o Sines Tecnopolo como entidade gestora. Integram esta parceria, o Agrupamento de Escolas de Sines, a Escola Secundária Poeta Al Berto, a CPCJ de Sines, a ESPIGA - Cooperativa de Solidariedade Social, a Contra-Regra / Teatro do Mar, a Litoral Alentejano Solidário, o Vasco da Gama Atlético Clube, a Associação Pró Artes de Sines, a Associação Desportiva + Inclusão e Associação Mais para a Juventude Sineense.
- o O projeto encerrou a 30 de setembro de 2023, com um total de 495 inscritos, sendo que 54 são participantes diretos e 441 participantes indiretos.
- **SINES TECNOPOLO SOLIDÁRIO**
 - o Em parceria com a Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE foi realizada uma campanha de doação de Sangue nas instalações do Sines Tecnopolo.
- **PROGRAMA NAU**
 - o O NAU 2.0, patrocinado pela EDP é a segunda edição do Programa NAU. Este é um programa de apoio ao empreendedorismo, desenhado pelo Sines Tecnopolo, que visa o desenvolvimento de projetos empresariais em fase de ideia, através da capacitação dos empreendedores e da prestação de serviços de consultoria especializados. Para além da capacitação do empreendedor, o programa permite estruturar a ideia de negócio, definir o plano de negócios, acautelar as dificuldades legais e demais desafios e formalidades necessárias para formar uma empresa. Este programa destina-se a empreendedores que residam nos concelhos de Sines e Santiago do Cacém.
 - o Em março de 2023, foi aberto o período de candidaturas até ao final de abril, seguido de um processo de seleção no mês de maio. Entre os candidatos foram selecionados 18 participantes que representam 16 ideias de negócio, com potencial para criar 40 novos postos de trabalho durante os próximos 2 anos. As ideias de negócio atuam em diversas áreas económicas, como a arquitetura, construção, restauração e turismo.
 - o Os empreendedores selecionados iniciaram, no dia 23 de junho, o processo de formação intensiva, que ficou concluída a 31 de julho.

- o Concluída a formação, deu-se início ao acompanhamento especializado que se irá manter durante os primeiros dois anos de vida da empresa, de forma a maximizar as hipóteses de sucesso do negócio.
 - o O Programa NAU, nas suas duas edições, capacitou um total de 45 empreendedores e apoiou 36 projetos.
- **RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - NACIONAIS E INTERNACIONAIS**
 - o AWS – Amazon Web Services
 - O Sines Tecnopolo integra a rede de parceiros da AWS - Amazon Web Services, no sentido de fortalecer a transição digital e o aprofundamento dos modelos de negócio das start-ups/empresas instaladas no Sines Tecnopolo.
 - o TecParques
 - Participação ativa na Associação.
 - o Escola Secundária Poeta Al Berto
 - Cedência do Espaço Laboratorial para desenvolvimento de aulas práticas dos alunos de 12º Ano do curso de Ciências e Tecnologias da Escola Secundária Poeta Al Berto.
 - Cedência dos Kits de Energias Renováveis.
 - o Grupo de Trabalho - Orientação Profissional Jovens
 - Planeamento da Mostra Informa.
 - Participação nas diversas reuniões de planeamento.
 - Organização da mostra InForma.
 - Avaliação da Mostra InForma.
- **COMSINES - CONSELHO DAS COMUNIDADES DE SINES**
 - o Grupo de Trabalho de Património e Cultura - Este tem desempenhado um papel crucial na identificação e catalogação deste património, tendo já elaborado trinta e duas fichas de 'Sítio' e construído uma lista provisória de bens a inventariar. As principais atividades incluem:
 - Inventário do Património Industrial de Sines: realizou-se um inventário exaustivo, documentando vídeos, maquetes, fotografias, peças de relevância histórica, documentos de arquivo e material publicitário.
 - Elaboração de Fichas de 'Sítio' e Bases de Dados: Concluiu-se a descrição do património arquivístico e museológico, facilitando o acesso e a disseminação de informações.

- Colaboração com a DGPC: Assinou-se um protocolo com a Direção Geral do Património Cultural, permitindo a integração da informação produzida nos sistemas de informação da DGPC.
- Publicações e Divulgação: Lançou-se o folheto “Conhecer para Proteger: Património Industrial de Sines”, e organizaram-se reuniões e colóquios para sensibilizar a comunidade sobre a importância do património de Sines.
- Educação e Sensibilização: Desenvolveram-se materiais educativos, incluindo um baralho de cartas temático, e realizaram-se atividades educativas direcionadas aos alunos do 4.º ano escolar, promovendo o conhecimento sobre o património local.
- A colaboração contínua com a DGPC e a inserção de informações no sistema da mesma permanecem prioritárias. A execução do inventário dos bens imóveis prossegue, com a expectativa de uma apresentação pública detalhada do inventário. Adicionalmente, estão planeadas mais visitas técnicas e a produção de materiais de divulgação para reforçar a consciencialização sobre o valor do património industrial de Sines.
- o Grupo de Trabalho de Prevenção e Segurança
 - Participação nas reuniões do grupo de trabalho.
 - Criação do curso de segurança do COMSINES.
 - Planeamento e organização do seminário de segurança que decorreu no dia 28 de abril de 2023 no auditório da APS.
 - Elaboração do Plano de Atividades para 2024.
- o Grupo de Trabalho de Comunicação
 - Participação nas reuniões do grupo de trabalho.
 - Gestão de conteúdos do website do COMSINES.
- EVENTOS
 - o Cerimónia de entrega de diplomas e certificados do Centro Qualifica do Sines Tecnopolo - 20 de janeiro | Sines Tecnopolo
 - o Sessão do Projeto Estações Náuticas do Alentejo - 03 de fevereiro | Sines Tecnopolo e ADRAL | Paços do Concelho – Moura
 - o Apresentação do Programa HQA e Assinatura da Carta de Compromissos à Senhora Ministra da Coesão Territorial - 8 de fevereiro | Parque do Alentejo de Ciência e Tecnologia | Évora

- o Transfiere - Fórum Europeu de Ciência, Tecnologia e Inovação - 15, 16 e 17 de fevereiro | Málaga
- o Sessão do Projeto Estações Náuticas do Alentejo - 09 de março | Sines Tecnopolo e ADRAL | Alandroal
- o ESG WEEK 2023 - 19 de abril | Organização: APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial | Lisboa
- o Apresentação do património da Ribeira de Sines - 27 de abril | Comsines - Conselho das Comunidades de Sines | Auditório da APS
- o Informa 2023 - 08 a 12 de maio | Organização: Câmara Municipal de Sines | Sines
- o Workshop sobre “Networking” - 25 de maio | Organização: Sines Tecnopolo e Instituto Politécnico de Setúbal | Auditório do Sines Tecnopolo
- o Workshop sobre “Liderança e Equipa” - 25 de maio | Organização: Sines Tecnopolo e Instituto Politécnico de Setúbal | Biblioteca Municipal José Saramago | Odemira
- o FEITUR 2023 - 09 a 11 de junho | Vila Nova de Milfontes
- o Jornada Final do projeto ATLAZUL - “Impulso da Aliança Litoral Atlântica para o Crescimento Azul” - 11 de junho | ATLAZUL | Sevilha
- o Sessão de Apresentação de Avisos de Concurso - Alentejo 2030 - 12 de junho | Organização: Sines Tecnopolo e CCDR Alentejo | Auditório do Sines Tecnopolo
- o Workshop sobre “Marketing Digital” - 15 de junho | Organização: Sines Tecnopolo e Instituto Politécnico de Setúbal | Auditório do Sines Tecnopolo
- o Apresentação do portal PUMA - Plataforma Universal Multimédia do Alentejo - 23 de junho | Organização: Sines Tecnopolo e Universidade de Évora | Auditório do Sines Tecnopolo
- o EMD -European Maritime Day - Lançamento do Livro Branco para o Crescimento Azul - 27 de junho | Cádiz – Espanha
- o Debate sobre objetivos de desenvolvimento sustentável – projeto ATLAZUL - 20 de julho | Organização: Sines Tecnopolo, NERE, NERBE, NERPOR e NERSANT | Auditório do Sines Tecnopolo
- o Fórum Moura Náutica 2023 - Apresentação da temática “Turismo Náutico + Sustentável” - 8 de setembro | Moura
- o Workshop sobre “Competências para o Futuro” - 4 de outubro | Organização: Sines Tecnopolo e Instituto Politécnico de Setúbal | Biblioteca Municipal de

Santiago do Cacém

- o Encontro anual do Programa Interreg Espaço Atlântico - 18 e 19 de outubro
| Interreg Atlantic Area | Terminal de Cruzeiros de Leixões – Matosinhos
- o XVI Encontro Ibérico dos Parques de Ciência e Tecnologia - 19 de dezembro
| Startup Madeira | Madeira
- o Lançamento do projeto marítimo – SaferSea - 19 e 20 de dezembro | SaferSea
| Brest - França

- **COMUNICAÇÃO E MARKETING**

- o Gestão da comunicação institucional.
- o Gestão da comunicação de todas as atividades, eventos, projetos e serviços.
- o Definição e produção de design gráfico de todos os elementos de comunicação institucionais, comerciais, operacionais e internos.
- o Gestão de conteúdos e manutenção de website do Sines Tecnopolo.
- o Gestão de redes sociais.
- o Gestão e produção de eventos.
- o Gestão logística de participação em eventos.
- o Campanha de divulgação de residente da semana.
- o Comunicação nas redes sociais de comemoração de dias específicos relacionados com a atividades do Sines Tecnopolo.
- o Trabalhos para clientes externos: Gestão de conteúdos e manutenção do site da COMSINES: <https://www.comsines.pt/>

- **CERTIFICAÇÕES**

- o REPSOL
 - Comunicação de Realização das ações de formação.
 - Envio de listagens de formandos certificados.
 - Elaboração e envio de relatório anual.
 - Renovação da certificação.
 - Auditoria de renovação.
- o IEP – Instituto Eletrotécnico Português
 - Comunicação de realização das ações de formação.
 - Envio de relatórios da formação.
 - Elaboração e envio de indicadores Físicos da Formação Básica em Segurança.
 - Renovação de Certificação.
 - Auditoria de Renovação.

- o IAPMEI
 - Renovação da certificação Startup Visa.
- o STARTUP PORTUGAL/IEFP
 - Entidade de Acompanhamento do Programa Empreende XXI
- CONSOLIDAÇÃO E ESTABELECIMENTO DE PARCERIAS
 - o ACLS - Associação do Comércio Local de Sines;
 - o CPLS - Comunidade Portuária e Logística de Sines;
 - o EBN - European Business & Innovation Centre Network;
 - o ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo;
 - o IEP - Instituto Eletrotécnico Português;
 - o Município de Moura;
 - o Município de Avis;
 - o Município de Monsaraz;
 - o Município de Odemira;
 - o Município de Sines.
 - o Rede Peninsular Aberta de Inovação;
 - o Município de Mértola;
 - o Universidade de Málaga;
 - o Parque Tecnológico de Andaluzia.

ASSOCIAÇÃO PRÓ ARTES DE SINES

ANÁLISE FINANCEIRA



TABELA 2 - DADOS FINANCEIROS - PRÓ ARTES

(unidade: €)

Dados anuais	2023	2022	Variação	
			(€)	(%)
Capital Social	138.943	138.943	0	0,00%
Total do ativo	395.315	207.315	188.000	90,68%
Capital próprio	-188.464	-220.118	31.654	14,38%
Resultado líquido do período	31.654	60.224	-28.570	-47,44%
Passivo total	583.779	427.433	156.346	36,58%
Passivo não corrente	210.000	50.000	160.000	320,00%
Financiamentos obtidos	210.000	50.000	160.000	320,00%
Passivo corrente	373.779	377.433	-3.654	-0,97%
Financiamentos obtidos	0	0	0	
Fornecedores/Outros credores CP	229.179	232.833	-3.654	-1,57%
Acréscimos e diferimentos	144.600	144.600	0	0,00%
Total de rendimentos e ganhos	711.201	647.707	63.494	9,80%
Volume de negócios	711.156	647.416	63.740	9,85%
Prestação de Serviços	179.912	32.539	147.373	452,92%
Subsídios à exploração	531.244	614.878	-83.633	-13,60%
Total de gastos e perdas	679.547	587.483	92.064	15,67%
EBITDA	35.471	64.416	-28.945	-44,93%
Gastos com o pessoal	579.560	527.923	51.637	9,78%
Nº empregados	31	31	0	0,00%

A Associação Pró Artes de Sines apresenta um valor de ativo de 395 mil euros, um passivo de 584 mil euros e um capital próprio de -188 mil euros. No ano de 2023 apresentou um resultado líquido do período de 32 mil euros, o que representa um decréscimo de 47% face a 2022.

O ativo da associação cresceu 188 mil euros (91%) e o passivo cresceu 156 mil euros (37%).

SINTESE DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA

A Associação Pró Artes de Sines é uma associação de direito privado, dotada de personalidade jurídica e sem fins lucrativos. Com sede na Avenida General Humberto Delgado, Antiga Estação dos Caminhos-de-ferro, 7520-105 Sines, foi constituída, por escritura pública de 30 de setembro de 2008.

A Associação tem como objetivo principal o ensino especializado, aprendizagem, promoção e divulgação da música, da dança e demais atividades artísticas e da rede do ensino particular e cooperativo, através da implementação, concretização de cursos de iniciação, cursos básicos e secundários, em regime articulado e supletivo, bem como em regime livre, nas respetivas áreas do ensino artístico.

Tem ainda como objeto social o desenvolvimento de ações necessárias ao sistema educativo e pedagógico, promoção da integração socioprofissional dos educandos, formação técnica e/ou profissional, bem como, a promoção da educação artística e cultural em regimes/cursos livres.

Através dos protocolos de colaboração com os agrupamentos escolares de Sines, Santiago do Cacém, Colos, Odemira e o Colégio Nossa Senhora da Graça - Milfontes, a Escola das Artes do Alentejo Litoral garante o ensino artístico especializado da música em várias das suas escolas, confirmando-se como um projeto de âmbito sub-regional. A Escola é o único conservatório do Alentejo Litoral, contando já com um corpo docente estável, qualificado e experiente, promovendo e incentivando a celebração de protocolos com outras instituições e agentes culturais e educativos. O Serviço de Música da Escola das Artes do Alentejo Litoral, preenche um espaço cultural e educativo na cidade de Sines e na região do Alentejo ao oferecer a possibilidade da aprendizagem especializada da música nas áreas dos estudos eruditos, conferindo certificado, reconhecidos através de diploma do estabelecimento de ensino Escola das Artes do Alentejo Litoral.

Dada a atual conjuntura de financiamento, o crescimento previsto para as vias de ensino de dupla certificação ficou condicionado pelos respetivos contratos de patrocínio. Pelo mesmo motivo condicionaram-se também os cursos em regime livre.

A estratégia de desenvolvimento dos vários programas e operações, integrada na gestão estratégica da Associação Pro Artes de Sines, em articulação com a política educativa e cultural local e nacional, corresponde à organização dos meios e instrumentos disponíveis, e à concertação com parceiros estratégicos de modo a que se atinjam os objetivos gerais.

Nas últimas décadas, Portugal desenvolveu-se no quadro do sistema educativo e dos equipamentos culturais. As transformações na educação e na cultura têm refletido uma estratégia de inclusão e alargamento da população escolar nos diversos níveis de ensino, generalizando o acesso à educação e à criação artística. Encontra-se hoje, nas escolas, nas associações locais, nos espaços de cultura, autarquias e organizações não governamentais, a presença de programas estruturados e, sobretudo, de projetos que revelam um crescimento da consciência da importância das artes no desenvolvimento humano, quer enquanto objeto de aprendizagem, quer enquanto instrumento potenciador de outras aprendizagens.

Considerando a qualidade das situações de aprendizagem como indissociável das situações de organização e funcionamento, a entidade gestora procura garantir equipamentos de qualidade adequados ao funcionamento das atividades artísticas, procurando igualmente garantir a máxima qualidade ao nível dos recursos humanos.

A Associação atua em contexto educativo como em contexto cultural, potenciando a qualificação e o desenvolvimento artístico e humano do cidadão. É um agente importante na dinamização cultural da costa alentejana com reflexos muito positivos seja na economia local seja no âmbito do desenvolvimento do capital humano.

Consideramos as artes indispensáveis ao desenvolvimento global do ser humano, promovendo-as ao longo da vida, acompanhando os vários percursos de crianças e adultos, numa perspetiva intergeracional, contribuindo para a construção da sua identidade pessoal e social, assimilando o valor e o respeito pela música e estilos musicais diversos, promovendo o entendimento das tradições de outras culturas.

A intervenção formativa e cultural da APAS/ EAAL distribuiu-se, em 2019, por áreas (educação e cultura) onde se cruzam as autarquias, os agrupamentos de escolas, os ministérios e valências locais:

- o Atividades financiadas pelo Ministério da Educação;
- o Atividades financiadas pela Câmara Municipal de Sines;
- o Atividades financiadas pela Câmara Municipal de Odemira;
- o Atividades autónomas enquanto agente educativo e cultural;

No ano transato, tanto as atividades financiadas pela Câmara Municipal de Sines, pela Câmara Municipal de Odemira, como as financiadas pelo Ministério da Educação, e, como as atividades autónomas da própria associação revestiram-se de um carácter diferenciado, abrangendo diferentes projetos.

As atividades do ano de 2023 evidenciam no seu resultado o trabalho realizado pelos alunos e pelos professores da EAAL. Os objetivos propostos para um projeto integrado de educação, cultura, desenvolvimento económico e social, no sentido da valorização da cidade de Sines e do Alentejo Litoral como espaço vivido de pensamento e ação, de preservação do património e transformação da paisagem cultural, potenciadora de novas capacidades humanas e valorizadora do que já faz a diferença na região ficaram um pouco aquém do que é normalmente a nossa atividade.

A Escola proporciona não só saídas profissionais e de certificação, permitindo escolhas mais livres de projetos de vida, mas contribui para um tecido social em que a arte, a música e a cultura em todas as suas dimensões são assumidas como parte integrante e fundamental do desenvolvimento de todos e de cada um.

Desta forma consideramos que no ano 2023:

- Foram cumpridos com êxito os objetivos do Protocolo entre a APAS e a Câmara Municipal de Sines, entre a APAS e a Câmara Municipal de Odemira e entre a APAS e o Ministério da Educação;
- Garantiu-se a continuidade dos projetos estruturais;
- Deu-se seguimento ao projeto de “Escola Regional”;
- Contribuiu-se para um melhoramento da performance cultural do concelho, com o objetivo de:
 - o Contribuir para a produção de conhecimento;
 - o Fomentar a responsabilidade social;
 - o Sensibilizar para as vias profissionais e de formação no sector cultural e artístico;
- Para a prossecução da nossa missão e para a concretização deste Plano de Atividades, considerámos fundamental uma gestão de recursos humanos assente na lógica de:
 - o Reforço de competências nas Estruturas Intermédias da Escola.
 - o Ajustar o perfil dos recursos humanos às necessidades e exigências da missão;
 - o Desenvolver, reorganizar e/ ou automatizar processos de gestão e de comunicação interna e externa, com o reforço da utilização das tecnologias de informação e comunicação;

ANÁLISE PATRIMONIAL

ANÁLISE AO BALANÇO CONSOLIDADO – ATIVO

TABELA 3 - BALANÇO CONSOLIDADO – ATIVO

RUBRICAS	2023	2022	Δ 2023/2022 %	Δ 2023/2022 €
Ativo não corrente	174.239.469	168.457.364	3,43%	5.782.105
Ativos fixos tangíveis	156.118.107	150.261.682	3,90%	5.856.425
Propriedades de investimento	17.484.100	17.486.547	-0,01%	-2.447
Ativos intangíveis	158.040	230.470	-31,43%	-72.430
Investimentos Participações financeiras	462.441	462.229	0,05%	211
Outros ativos financeiros	16.781	16.436	2,10%	346
Ativo corrente	11.652.496	11.056.991	5,39%	595.505
Inventários	139.682	149.610	-6,64%	-9.929
Devedores por transf. e subsídios não reembolsáveis	2.293.598	1.867.316	22,83%	426.281
Clientes, contribuintes e utentes	852.075	617.169	38,06%	234.905
Estado e outros entes públicos	568.322	429.313	32,38%	139.009
Acionistas/sócios/associados	5.083	5.083	0,00%	0
Outras contas a receber	3.738.274	3.686.627	1,40%	51.647
Diferimentos	70.462	11.736	500,38%	58.726
Outros ativos financeiros	104	104	0,00%	0
Caixa e depósitos	3.984.898	4.290.033	-7,11%	-305.135
Total do ativo	185.891.966	179.514.356	3,55%	6.377.610

O ativo total do grupo municipal no final de 2023 era de 186 milhões de euros, registando um aumento de 6,4 milhões de euros (4%) face a 2022.

O valor ativo não corrente de 174 milhões de euros, apresenta um crescimento de 5,8 milhões de euros (3%), enquanto que no ativo corrente verifica-se um incremento de 596 mil euros (5%).

ANÁLISE AO BALANÇO CONSOLIDADO – PASSIVO

TABELA 4 - BALANÇO CONSOLIDADO – PASSIVO

RUBRICAS	2023	2022	Δ 2023/2022 %	Δ 2023/2022 €
Passivo não corrente	14.260.490	11.400.353	25,09%	2.860.137
Provisões	3.681.249	2.673.960	37,67%	1.007.289
Financiamentos obtidos	7.663.963	7.828.270	-2,10%	-164.308
Diferimentos	2.090.758	0		2.090.758
Outras contas a pagar	824.521	898.123	-8,20%	-73.602
Passivo corrente	13.252.257	12.643.132	4,82%	609.125
Credores por transf. e subsídios não reembolsáveis concedidos	38.079	32.029	18,89%	6.050
Fornecedores	771.629	756.560	1,99%	15.069
Estado e outros entes públicos	429.540	308.818	39,09%	120.721
Financiamentos obtidos	1.269.405	1.528.812	-16,97%	-259.407
Fornecedores de investimentos	344.661	126.664	172,11%	217.996
Outras contas a pagar	1.973.560	1.889.513	4,45%	84.047
Diferimentos	8.425.384	8.000.735	5,31%	424.649
Total do Passivo	27.512.747	24.043.485	14,43%	3.469.262

O passivo total do grupo municipal apresenta um aumento de 3,5 milhões de euros (14%), cifrando-se em 27,5 milhões de euros.

Este aumento resulta essencialmente dos diferimentos (2,5 milhões de euros), ou seja, aos valores recebidos de participações de projetos candidatados a fundos comunitários que ainda se encontravam em execução no final do exercício, assim como, do reconhecimento do contrato de concessão com a E-Redes efetuado pelo Município de Sines, e às provisões (1 milhão de euros) para processos judiciais em curso.

Devido ao referido no parágrafo antecedente, o passivo não corrente registou um valor no final do ano de 14,3 milhões de euros e o passivo corrente de 13,2 milhões de euros.

De salientar ainda a redução verificado nos financiamentos obtidos do grupo municipal.

ANÁLISE AO BALANÇO CONSOLIDADO – PATRIMÓNIO LÍQUIDO

TABELA 5 - BALANÇO CONSOLIDADO – PATRIMÓNIO LÍQUIDO

RUBRICAS	2023	2022	Δ 2023/2022 %	Δ 2023/2022 €
Património/Capital	31.142.330	31.142.330	0,00%	0
Reservas	37.444.127	38.778.674	-3,44%	-1.334.548
Resultados transitados	54.599.603	51.272.118	6,49%	3.327.485
Ajustamentos em ativos financeiros	106.522	106.372	0,14%	150
Excedentes de revalorização	960.494	1.008.217	-4,73%	-47.723
Outras variações no património líquido	32.942.900	29.791.470	10,58%	3.151.430
Resultado líquido do período	818.523	3.000.831	-72,72%	-2.182.307
Interesses que não controlam	364.719	370.858	-1,66%	-6.139
Total do Património Líquido	158.379.218	155.470.870	1,87%	2.908.348

Os fundos próprios consolidados no final do exercício de 2023 ascendiam a 158,4 milhões de euros. Este valor representa um crescimento de 2,9 milhões de euros comparativamente ao período homólogo, e advém da incorporação dos resultados transitados e outras variações no património líquido, e pela diminuição das Reservas e do Resultado Líquido do período.

O crescimento verificado nas outras variações no património líquido advém do reconhecimento do contrato de concessão do fornecimento de energia em baixa com a E-Redes, o qual originou um valor de 1,7 milhões de euros.

ANÁLISE À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS – GASTOS

Os gastos totais aumentaram 18% face ao período homólogo, o que significa um acréscimo nominal de 4,9 milhões de euros. Verifica-se um aumento em todas as rubricas, com exceção da imparidade de inventários. Os principais incrementos verificaram-se nos gastos com pessoal em 1,5 milhões de euros (13%), nos fornecimentos e serviços externos em 944 mil euros (13%), nas provisões 932 mil euros (927%), nos gastos de depreciação e amortização em 491 mil euros (11%), no custo das mercadorias e matérias consumidas em 382 mil euros (36%) e nos juros e gastos similares suportados em 193 mil euros (168%).

TABELA 6 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS – GASTOS

RUBRICAS	2023	2022	Δ 2023/2022 %	Δ 2023/2022 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1.455.773,86	1.073.467,41	35,61%	382.306
Fornecimentos e serviços externos	8.362.994,86	7.419.380,12	12,72%	943.615
Gastos com pessoal	12.629.424,34	11.138.470,71	13,39%	1.490.954
Transferências e subsídios concedidos	2.267.488,29	2.148.483,71	5,54%	119.005
Imparidade de inventários e ativos biológicos	2.990,77	9.932,85	-69,89%	-6.942
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	141.736,05	42.674,57	232,13%	99.061
Provisões (aumentos)	1.032.244,76	100.488,96	927,22%	931.756
Outros gastos e perdas	727.547,68	456.520,69	59,37%	271.027
Gastos/reversões de depreciação e amortização	4.796.007,78	4.305.253,97	11,40%	490.754
Juros e gastos similares suportados	306.971,86	114.394,81	168,34%	192.577
Total dos Gastos	31.723.180	26.809.068	18,33%	4.914.112

ANÁLISE À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS – RENDIMENTOS

Os rendimentos aumentaram 2,7 milhões de euros (9%), derivado essencialmente ao acréscimo das vendas em 1,7 milhões de euros (79%), das transferências e subsídios correntes obtidos em 1,5 milhões de euros (20%) e nas prestações de serviços e concessões em 830 mil euros (26%). Por sua vez, verifica-se um decréscimo de 1,4 milhões de euros (-11%) nos impostos, contribuições e taxas.

TABELA 7 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS – RENDIMENTOS

RUBRICAS	2023	2022	Δ 2023/2022 %	Δ 2023/2022 €
Impostos, contribuições e taxas	11.890.209,70	13.290.342,33	-10,53%	-1.400.133
Vendas	3.911.494,83	2.190.124,22	78,60%	1.721.371
Prestações de serviços e concessões	4.045.404,32	3.215.445,55	25,81%	829.959
Transferências e subsídios correntes obtidos	9.017.707,52	7.526.886,12	19,81%	1.490.821
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas	25.123,77	18.759,30	33,93%	6.364
Imparidade de inventários e ativos biológicos	1.374,16	21,06	6424,98%	1.353
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	607,97	4.474,27	-86,41%	-3.866
Provisões (reduções)	26.937,94			26.938
Outros rendimentos e ganhos	3.618.832,89	3.555.690,77	1,78%	63.142
Juros e rendimentos similares obtidos	4.010,48	8.154,69	-50,82%	-4.144
Total dos Rendimentos	32.541.704	29.809.898	9,16%	2.731.805

ANÁLISE À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS – RESULTADOS

Os resultados líquidos do período cifraram-se em 819 mil euros, o que significa uma diminuição de 2,2 milhões de euros (-73%) face a 2022.

TABELA 8 - RESULTADOS

RUBRICAS	2023	2022	Δ 2023/2022 %	Δ 2023/2022 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	5.917.492	7.412.325	-20,17%	-1.494.832
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	1.121.485	3.107.071	-63,91%	-1.985.586
Resultado líquido do período consolidado	818.523	3.000.831	-72,72%	-2.182.307
Resultado líquido do período atribuível à entidade-mãe	788.279	2.979.861	-73,55%	-2.191.582
Interesses que não controlam	30.244	20.969	44,23%	9.275

ENDIVIDAMENTO DO GRUPO MUNICIPAL

TABELA 9 - ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO – 2023

		2023	2022	Δ 2023/2022
Curto Prazo	Fornecedores c/c	771.628,54	756.559,82	15.068,72
	Fornecedores Imobilizado	344.660,58	126.664,49	217.996,09
	Credores de autarquias locais	38.079,26	32.029,26	6.050,00
	Credores diversos	728.798,36	705.255,39	23.542,97
	Empréstimos exigíveis no cp	1.269.405,33	1.528.812,12	-259.406,79
	Total	3.152.572,07	3.149.321,08	3.250,99
M/L Prazo	Empréstimos	7.663.962,79	7.828.270,30	-164.307,51
	Total	7.663.962,79	7.828.270,30	-164.307,51
Total Geral		10.816.534,86	10.977.591,38	-161.056,52

O grupo municipal apresenta um endividamento consolidado de 10,8 milhões de euros. Este montante compara com os 11 milhões de euros registados em 2022, o que revela uma diminuição de 161 mil euros.

O Município de Sines apresenta uma diminuição no endividamento de 630 mil euros, enquanto que as participadas apresentam um aumento de 478 mil euros, dos quais, 322 mil euros é o aumento do endividamento do Sines Tecnopolo e 156 mil da Associação Pró Artes.

Em termos relativos, o Município contribui para o endividamento global com 75%, o Sines Tecnopolo com 21% e a Pró-Artes com 4%.

TABELA 10 - EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO

	2023	2022	Δ 2023/2022
Município de Sines	8.129.958,39	8.759.502,05	-629.543,66
Sines Tecnopolo	2.267.435,63	1.945.617,84	321.817,79
Pró Artes	439.178,99	282.832,91	156.346,08
Operações intra-grupo	-20.038,15	-10.361,42	-9.676,73
Total	10.816.534,86	10.977.591,38	-161.056,52

INDICADORES DE GESTÃO

O cálculo de rácios económicos é a técnica mais utilizada pela análise financeira, e consiste em estabelecer relações, ou rácios, entre contas e agrupamentos de contas do balanço e da demonstração de resultados. Estas relações são um instrumento de apoio para avaliar o desempenho económico e financeiro das entidades. Desta forma, foram calculados diversos rácios, dos quais se destacam:

TABELA 11 - INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

Dimensão	Indicador	Forma de cálculo	2023	2022
Liquidez	Liquidez Geral	Ativo corrente (ou CP) / Passivo corrente (ou CP)	87,93%	87,45%
	Liquidez Reduzida	(Ativo Corrente-Inventários)/Passivo Corrente	86,87%	86,27%
	Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Corrente	30,07%	33,93%
Rentabilidade	Rentabilidade operacional do Volume de Negócios (ROVN)	Resultados operacionais (EBIT) / Volume de negócios * 100	5,65%	16,62%
	Rentabilidade do Património Líquido (RPL)	Resultados Líquidos/ Património Líquido * 100	0,52%	1,93%
	Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)	Resultados operacionais (EBIT) / Ativo * 100	0,60%	1,73%
Estrutura Financeira	Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	85,20%	86,61%
	Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	575,66%	646,62%
	Endividamento	Passivo/Ativo	14,80%	13,39%

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, e por aplicação do método de consolidação integral, cada entidade contribui com os valores que constam nas suas demonstrações financeiras individuais.

Naturalmente, o Município de Sines é o que maior peso relativo tem nos dados consolidados.

Relativamente ao ativo, o Município de Sines contribui com 97%, o Sines Tecnopolo com 3% e a contribuição da Pró Artes é meramente residual.

No que se refere ao passivo, a entidade consolidante representa 90% do total, o Sines Tecnopolo 8% e a Pró Artes 2%.

Quanto ao endividamento, e apesar do município contribuir com 90% no total do passivo, só contribui com 75% para esta rubrica, enquanto que o Sines Tecnopolo contribui com 21% e a Pró Artes com 4%.

Na estrutura de rendimentos, o Município de Sines representa 94%, o Sines Tecnopolo com 4% e a Pró Artes com 2%.

Nos gastos com pessoal, o Município de Sines representa 92%, o Sines Tecnopolo 3% e a Pró Artes 5%.

TABELA 12 - COMPARTICIPAÇÃO DE CADA ENTIDADE NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	Município de Sines	Sines Tecnopolo	Pró Artes
Ativo	97,24%	2,55%	0,21%
Passivo	89,71%	8,18%	2,11%
Endividamento	75,02%	20,92%	4,05%
Total de Rendimentos	94,33%	3,45%	2,22%
Total de Gastos	94,91%	2,95%	2,19%
Gastos com o pessoal	92,35%	3,06%	4,59%



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

BALANÇO CONSOLIDADO

Município de Sines

Balanço consolidado

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	156.118.106,67	150.261.682,12
Propriedades de investimento	8	17.484.100,19	17.486.546,99
Ativos intangíveis	3	158.040,16	230.470,14
Ativos biológicos			
Investimentos Participações financeiras	18	462.440,74	462.229,41
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros		16.781,36	16.435,63
Ativos por impostos diferidos			
Outras contas a receber			
		174.239.469,12	168.457.364,29
Ativo corrente			
Inventários	9/10	139.681,80	149.610,43
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18.1	2.293.597,74	1.867.316,35
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes	9/18	852.074,55	617.169,24
Estado e outros entes públicos	18	568.321,77	429.312,81
Acionistas/sócios/associados		5.083,00	5.083,00
Outras contas a receber	18.1	3.738.274,44	3.686.627,13
Diferimentos	18.1	70.461,88	11.736,25
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros	18.1	103,50	103,50
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos	1.3	3.984.897,75	4.290.032,53
		11.652.496,43	11.056.991,24
Total do ativo		185.891.965,55	179.514.355,53
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio/Capital		31.142.330,36	31.142.330,36
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prêmios de emissão			
Reservas		37.444.126,83	38.778.674,33
Resultados transitados		54.599.602,73	51.272.117,95
Ajustamentos em ativos financeiros		106.522,06	106.371,92
Excedentes de revalorização		960.493,57	1.008.216,77
Outras variações no patrimônio líquido		32.942.900,12	29.791.470,49
Resultado líquido do período		818.523,33	3.000.830,51
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam		364.719,06	370.857,79
Total do Patrimônio Líquido		158.379.218,06	155.470.870,12

Município de Sines

Balanço consolidado

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	3.681.248,96	2.673.960,01
Financiamentos obtidos	7/18	7.663.962,79	7.828.270,30
Fornecedores de investimentos			
Fornecedores			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos		2.090.757,67	
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar	18.2	824.520,93	898.122,92
		14.260.490,35	11.400.353,23
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	18.2	38.079,26	32.029,26
Fornecedores	18.2	771.628,54	756.559,82
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos	18.2	429.539,63	308.818,47
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos	7/18	1.269.405,33	1.528.812,12
Fornecedores de investimentos	18.2	344.660,58	126.664,49
Outras contas a pagar	18.2	1.973.560,15	1.889.512,93
Diferimentos	18.2	8.425.383,65	8.000.735,09
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		13.252.257,14	12.643.132,18
Total do Passivo		27.512.747,49	24.043.485,41
Total do Património Líquido e Passivo		185.891.965,55	179.514.355,53

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS CONSOLIDADOS

Município de Sines

Demonstração consolidada dos resultados por naturezas

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Impostos, contribuições e taxas	14	11.890.209,70	13.290.342,33
Vendas	13	3.911.494,83	2.190.124,22
Prestações de serviços e concessões	13	4.045.404,32	3.215.445,55
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	9.017.707,52	7.526.886,12
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	14	25.123,77	18.759,30
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-1.455.773,86	-1.073.467,41
Fornecimentos e serviços externos	20.2	-8.362.994,86	-7.419.380,12
Gastos com pessoal	20.3	-12.629.424,34	-11.138.470,71
Transferências e subsídios concedidos		-2.267.488,29	-2.148.483,71
Prestações sociais			
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	9/10	-1.616,61	-9.911,79
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-141.128,08	-38.200,30
Provisões (aumentos/reduções)	15	-1.007.288,95	-100.488,96
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos		3.620.815,02	3.555.690,77
Outros gastos e perdas		-727.547,68	-456.520,69
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		5.917.492,49	7.412.324,60
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-4.796.007,78	-4.305.253,97
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		1.121.484,71	3.107.070,63
Juros e rendimentos similares obtidos	13	4.010,48	8.154,69
Juros e gastos similares suportados	7	-306.971,86	-114.394,81
Resultado antes de impostos		818.523,33	3.000.830,51
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		818.523,33	3.000.830,51
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe		788.279,21	2.979.861,10
Interesses que não controlam		30.244,12	20.969,41
		818.523,33	3.000.830,51
		818.523,33	3.000.830,51

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADA

Município de Sines

Demonstração consolidada das alterações no património líquido

Descrição	Notas	Capital / Património Subscrito	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de revalorização	Outras Variações Património Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
Posição no início do período (1)		31.142.330,36 €	38.778.674,33 €	51.272.117,95 €	106.371,92 €	1.008.216,77 €	29.791.470,49 €	3.000.830,51 €	155.100.012,33 €	370.857,79 €	155.470.870,12 €
Alterações no período											
Primeira adoção de novo referencial											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização											
Excedentes de revalorização e respetivas variações											
Transferências e subsídios de capital							2.173.259,57 €		2.173.259,57 €		2.173.259,57 €
Correção de erros materiais											
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido			-1.334.547,50 €	3.327.484,78 €	150,14 €	-47.723,20 €	978.170,06 €	-3.000.830,51 €	-77.296,23 €	-36.382,85 €	-113.679,08 €
(2)			-1.334.547,50 €	3.327.484,78 €	150,14 €	-47.723,20 €	3.151.429,63 €	-3.000.830,51 €	2.095.963,34 €	-36.382,85 €	2.059.580,49 €
Resultado Líquido do Período (3)								818.523,33 €	818.523,33 €	30.244,12 €	848.767,45 €
Resultado Integral (4)=(2)+(3)								-2.182.307,18 €	2.914.486,67 €	-6.138,73 €	2.908.347,94 €
Operações com detentores de capital no período											
Realizações de capital/património											
Entradas para cobertura de perdas											
Outras operações											
Subscrições de prémios de emissão											
(5)											
Posição fim período	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	31.142.330,36 €	37.444.126,83 €	54.599.602,73 €	106.522,06 €	960.493,57 €	32.942.900,12 €	818.523,33 €	158.014.499,00 €	364.719,06 €	158.379.218,06 €

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

Município de Sines

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

RUBRICAS	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	5.311.252,33 €	4.733.852,21 €
Recebimentos de contribuintes	9.214.429,85 €	12.998.738,10 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	8.548.132,27 €	6.687.744,60 €
Recebimentos de utentes	2.727.935,28 €	928.332,35 €
Pagamentos a fornecedores	-9.226.989,22 €	-8.059.480,39 €
Pagamentos ao pessoal	-12.452.118,68 €	-11.221.205,99 €
Pagamentos de transferências e subsídios	-2.318.714,45 €	-2.195.085,52 €
Pagamentos de prestações sociais	0,00 €	0,00 €
Caixa gerada pelas operações	1.803.927,38 €	3.872.895,36 €
Outros recebimentos	415.404,35 €	1.264.194,64 €
Outros pagamentos	-394.597,89 €	-193.670,07 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	1.824.733,84 €	4.943.419,93 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-7.304.342,70 €	-6.196.854,36 €
Ativos intangíveis	-113.101,64 €	-98.647,11 €
Propriedades de investimento	0,00 €	0,00 €
Investimentos financeiros	0,00 €	0,00 €
Outros ativos	0,00 €	0,00 €
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	2.611.178,66 €	969.283,05 €
Ativos intangíveis	0,00 €	0,00 €
Propriedades de investimento	870.140,73 €	920.441,62 €
Investimentos financeiros	0,00 €	0,00 €
Outros ativos	0,00 €	0,00 €
Subsídios ao investimento	1.850.475,69 €	2.342.452,69 €
Transferências de capital	456.278,86 €	349.904,00 €
Juros e rendimentos similares	0,00 €	0,00 €
Dividendos	26.371,01 €	28.197,42 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	-1.602.999,39 €	-1.685.222,69 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	2.651.283,33 €	412.605,71 €
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital	0,00 €	0,00 €
Cobertura de prejuízos	0,00 €	0,00 €
Doações	0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento	0,00 €	0,00 €
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-2.885.239,78 €	-1.758.091,73 €
Juros e gastos similares	-292.912,78 €	-190.235,27 €
Dividendos	0,00 €	0,00 €
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital	0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento	0,00 €	0,00 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	-526.869,23 €	-1.535.721,29 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	-305.134,78 €	1.722.475,95 €
Caixa e seus equivalentes no início do período	4.290.032,53 €	2.567.556,58 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.984.897,75 €	4.290.032,53 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA		
Caixa e seus equivalentes no início do período	4.290.032,53 €	2.567.556,58 €
De execução orçamental	3.390.136,30 €	1.848.214,24 €
De operações de tesouraria	899.896,23 €	719.342,34 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.984.897,75 €	4.290.032,53 €
De execução orçamental	3.157.888,26 €	3.390.136,30 €
De operações de tesouraria	827.009,49 €	899.896,23 €

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Nota 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1. IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES INCLUIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

a) ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO



Município de Sines – Entidade Consolidante

- Sede Social: Largo Ramos da Costa, 7520-159 Sines
- NIF: 502563010
- N.º de Trabalhadores a 31/12: 527



SINESTECNOPOL

BIC Alentejo.

Associação Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica Vasco da Gama

- Sede Social: Zona Industrial Ligeira 2 Lote 122-A, Sines 7520-309 SINES
- NIF: 507930452
- N.º de Trabalhadores a 31/12: 17
- Participação no Capital: 84,37 %



Associação Pro Artes de Sines

- Sede Social: Av. General Humberto Delgado, Largo da Estação 7520-Sines
- NIF: 509 032 524
- N.º de Trabalhadores a 31/12: 31
- Participação no Capital: 99,32%

Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S A

- Sede Social: Edifício Ciência II, número 11, 3º B, Taguspark 2740-120 Porto Salvo
- NIF: 504 475 606
- N.º de Trabalhadores a 31/12: 42
- Participação no Capital: 0,15%

b) ENTIDADES PARTICIPADAS EXCLUÍDAS DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Entidade Participada	N.I.P.C.	CAE	Capital Subscrito	Parcela detida	Valor da participação
AICEP GLOBAL PARQUES - GESTÃO DE ÁREAS EMPRESARIAIS E SERVIÇOS, SA Sede: Rua Artilharia Um 79, 7.º 1250-038 Lisboa	503580929	68321	20.186.305,00	0,65%	130.280,00
CCAM - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Costa Azul C.R.L. Sede: Av. D. Nuno Álvares Pereira, 2 7540-102 Santiago do Cacém	500892784	64190	62.924.720,00	0,0022%	1.415,00
Fundo de Apoio Municipal Sede: Rua Prof. Gomes Teixeira, Nº 2 6º andar 1350-265 Lisboa	513319182	84114	417.857.175,00	0,08%	328.320,00

1.2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro (com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro) – Sistema de Normalização Contabilístico para a Administração Pública, o qual foi aplicado pela primeira vez ao exercício de 2020.

As demonstrações financeiras de 2023, que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, são expressas em Euros e foram preparadas de acordo com o pressuposto da continuidade e com o regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, património líquido, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da relevância, fiabilidade, compreensibilidade, oportunidade, comparabilidade e verificabilidade.

1.3 DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS

O detalhe dos valores constantes em Caixa e Depósitos Bancários é o seguinte:

Conta	Designação	31-12-2023	31-12-2022
111	Caixa	3.729,15 €	2.687,73 €
	Depósitos à ordem		
122	Depósitos bancários à ordem	3.154.159,11 €	3.387.448,57 €
	Outros depósitos		
132	Depósitos consignados	0,00 €	241.783,85 €
133	Depósitos de garantias e cauções	827.009,49 €	658.112,38 €
TOTAL		3.984.897,75 €	4.290.032,53 €

Designação	31-12-2023	31-12-2022
- Execução orçamental	3.157.888,26 €	3.390.136,30 €
- Operações de tesouraria	827.009,49 €	899.896,23 €
Saldo da gerência	3.984.897,75 €	4.290.032,53 €

Nota 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1 BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

– Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

Dada a semelhança do normativo SNC e SNC-AP, o tratamento das operações é seguido em todas as entidades pelo que nos iremos referir apenas ao SNC-AP. As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas Normas de Contabilidade aplicáveis.

– Informação Comparativa

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

– Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

– Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

– **Compensação**

Devido a importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

– **Continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o Município de Sines, continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

– **Juizados de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juizados de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

– **Moeda de apresentação e notas não relevantes**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Euro, constituindo esta a moeda funcional de apresentação.

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Município de Sines ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

2.2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas definidas pelo Órgão de Gestão, foram as seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Todos os bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo, com exceção dos prédios rústicos e urbanos, que na transição para o SNC-AP, não existindo informação fiável e atualizada sobre o custo ou sobre o custo depreciado, foram mensurados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT).

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzido das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Caso existam ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

b) Propriedades de investimento

Todas as propriedades de investimento foram mensuradas pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT), considerando que a fórmula do VPT do Código do IMI constitui uma técnica apropriada de avaliação do justo valor.

c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos, são registados ao custo de aquisição (justo valor na data de aquisição), deduzidos das amortizações acumuladas e imparidades.

d) Imparidades de ativos fixos tangíveis e intangíveis e propriedades de investimento

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas, com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

e) Inventários

Os inventários são reconhecidos pelo custo de aquisição, utilizando-se como método de custeio das saídas, o custo médio ponderado. Os inventários finais estão valorizados ao custo médio ponderado, o qual é inferior ao valor realizável líquido. Caso a quantia escriturada seja superior ao valor realizável líquido, são constituídas perdas por imparidade por forma a que o quantia escriturada reflita a sua quantia recuperável.

f) Participações Financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser mensurados em conformidade com a NCP 18 (justo valor ou ao custo) ou ao método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

Pelo método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento. O valor final da participação financeira irá incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido da investidora na participada.

O Município de Sines seguirá o método do custo e da equivalência patrimonial para valorização dos seus investimentos financeiros.

g) Rédito e regime do acréscimo

Nos rendimentos de transações com contraprestação, o rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade normal do Município de Sines, na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Nos rendimentos de transações sem contraprestação, o rédito é reconhecido quando os acontecimentos ocorrem, sendo mensurados ao justo valor à data de aquisição.

Observou-se o disposto nas NCP 13 e 14, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, e seja provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas tenham sido substancialmente resolvidas.

h) Transferências e subsídios

As transferências do Estado para os municípios no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro previsto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e a que o Município tem direito são reconhecidas no património líquido.

Sempre que se configurar possível a afetação dessas verbas a um ou mais ativos depreciables ou amortizável, afetação, a transação para resultados equipara-se a um subsídio ou transferência consignada, pelo que, numa base sistemática, procede-se à

Imputação, à medida que forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos subjacentes na respetiva proporção.

Um subsídio só é reconhecido quando haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos em diferimentos e no momento em que se consideram cumpridas as condições, são transferidos para o património líquido (outras variações do património líquido) e, subsequentemente:

- Os que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e ativos intangíveis amortizáveis devem ser imputados numa base sistemática como rendimentos de forma que sejam balanceados com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- Os que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis e ativos intangíveis não amortizáveis devem ser mantidos no património líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

i) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

– Clientes e outras dívidas de terceiros

As contas "clientes" e "outras contas a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidades, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Os valores refletidos no Balanço a título de Clientes e Outros Valores a Receber, respeitam a saldos por receber de prestações de serviços, vendas e apoios contratuais acordados, para além de contratos de financiamento homologados já em execução (para os quais foi solicitado pedidos de pagamento) ou a aguardar o seu início ou execução.

A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

– Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas a pagar a fornecedores e outros terceiros, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é equivalente ao seu justo valor.

– **Financiamentos bancários (empréstimos)**

Os financiamentos são registados no passivo pelo custo. Os financiamentos são classificados como passivo corrente, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

Os juros dos financiamentos obtidos, não foram capitalizados, já que de acordo com a NCP 7 - Custos de Empréstimos Obtidos, nomeadamente o parágrafo 20, a capitalização dos custos de empréstimos obtidos deve cessar quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo que se qualifica para o seu uso pretendido ou venda estão substancialmente concluídas.

– **Periodizações**

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

– **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes, correspondem aos valores em caixa e depósitos.

j) Provisões e Passivos Contingentes

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Uma provisão é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. A melhor estimativa corresponde à quantia que o Município de Sines racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes, nomeadamente do mandatário judicial.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se tivermos perante um passivo contingente, o mesmo não é reconhecido, sendo sujeito a divulgação, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

2.3 PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Grupo Municipal, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para o setor público.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço só são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

Salientamos a continuação da situação de conflito entre a Rússia e a Ucrânia, a qual fez disparar os preços da energia e das matérias-primas, uma tendência que teve reflexos, por exemplo, nos preços dos alimentos pagos pelos consumidores.

Quer na formação de contratos para a aquisição de bens e serviços, quer na execução de contratos que já haviam sido celebrados, foram percecionados os efeitos da rápida e contínua alteração de preços e de quebras nas cadeias de abastecimento. Não sendo possível quantificar esses efeitos, importa relevar, para a mitigação dos mesmos, a robustez financeira das contas municipais.

Nota 3. ATIVOS INTANGÍVEIS

a) Bases de mensuração

Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até aquela data, deduzido das amortizações.

b) Método de amortização usado

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil constante no Classificador Complementar 2 — Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, do SNC-AP (CC2).

c) Vidas úteis ou taxas de amortização

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativos Intangíveis	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador
Taxas de amortização	33,33%	33,33%
Métodos de amortização	Linha reta	Linha reta

3.1 ATIVOS INTANGÍVEIS - VARIAÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Rubricas		31/12/2022			31/12/2023		
		Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Quantia Escriturada
443	Programas de computador e sistemas de informação	1.157.610,56	927.140,42	230.470,14	1.269.086,77	1.111.046,61	158.040,16
	TOTAL	1.157.610,56	927.140,42	230.470,14	1.269.086,77	1.111.046,61	158.040,16

3.2 ATIVOS INTANGÍVEIS - QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES DO PERÍODO

Rubricas		Quantia escriturada inicial	Variações			Quantia escriturada final
			Adições	Amortizações do período	Diminuições	
443	Programas de computador e sistemas de informação	230.470,14	140.853,12	-212.872,69	-410,41	158.040,16
	TOTAL	230.470,14	140.853,12	-212.872,69	-410,41	158.040,16

3.2A ATIVOS INTANGÍVEIS – ADIÇÕES

Rubricas		Adições	
		Compra	Total
443	Programas de computador e sistemas de informação	140.853,12	140.853,12
	TOTAL	140.853,12	140.853,12

3.2B ATIVOS INTANGÍVEIS – DIMINUIÇÕES

Rubricas		Diminuições	
		Outras	Total
443	Programas de computador e sistemas de informação	-410,41	-410,41
	TOTAL	-410,41	-410,41

Nota 4. ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

Entre o Município de Sines e a EDP Distribuição – Energia, S.A. foi celebrado um contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do Município. Este contrato foi celebrado em 23 de julho de 2002, pelo prazo e nas condições estabelecidos no Decreto-Lei n.º 344-B/82, de 1 de setembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 341/90, de 30 de outubro. Assim, o contrato de concessão foi celebrado pelo prazo de 20 anos.

Esta concessão implicou a transferência para a EDP Distribuição, do exercício dos direitos e poderes da Câmara, necessários à gestão e exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica, em baixa tensão, durante o prazo de concessão ou enquanto esta subsistir.

De acordo com a NCP – Norma Contabilidade Pública 4 no parágrafo nº 5º, são apresentadas as definições de; concessão, concessionário e concedente. Sendo que uma concessão é um acordo vinculativo entre um concessionário, que usa os ativos da concessão para prestar um serviço público, em nome do concedente.

A situação de potencial acordo de concessão que está atualmente em análise é a seguinte:

Contrato de Concessão	Concessionário	Natureza da concessão	Período de Concessão	Valor do contrato
Exploração da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão no Concelho de Sines	E-REDES - Distribuição de Eletricidade, S.A.	Contrato de concessão de serviço público	20 Anos	2.090.757,67

No parágrafo nº 6, da mesma NCP é indicado que o concedente deve reconhecer um ativo nas suas contas, desde que tenha o controlo ou a regulamentação dos serviços que o concessionário tem de prestar e a que preço. E controla através da propriedade, direito aos benefícios ou outra forma, qualquer interesse residual no ativo no final do termo do acordo. Nos parágrafos 11 a 13, da mesma NCP, é definido que quando o concedente

reconhecer um ativo de concessão de serviços de acordo com os parágrafos 6 ou 7, o concedente deve também reconhecer um passivo.

De forma a obter a informação para cumprimento das regras atrás referidas, o Município de Sines, enviou um pedido de informação à E-REDES, de modo a ter a quantificação do valor do património da concessão relativos a 2022, sobre os quais foram extrapolados os valores relativos ao ano de 2023.

Nestes termos, os elementos são os seguintes:

Descrição	Valor aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em exploração	11.294.156,05	-7.550.659,56	3.743.496,49
Postos Transformação e Seccionamento	3.037.759,66	-1.811.242,92	1.226.516,74
Redes aéreas	1.464.229,48	-944.676,43	519.553,05
Redes subterrâneas	2.096.705,48	-1.438.220,76	658.484,72
Chegadas aéreas	108.961,28	-92.125,00	16.836,28
Chegadas subterrâneas	706.519,26	-526.347,42	180.171,84
Contagens	1.841.243,40	-1.679.797,91	161.445,49
Iluminação pública	2.038.737,49	-1.058.249,12	980.488,37
Subsídios ao investimento	5.571.219,61	-3.918.480,80	1.652.738,81
Postos Transformação e Seccionamento	1.169.071,00	-739.585,04	429.485,96
Redes aéreas	473.951,81	-363.202,19	110.749,62
Redes subterrâneas	1.411.872,97	-946.148,07	465.724,90
Chegadas aéreas	69.122,02	-58.064,59	11.057,43
Chegadas subterrâneas	555.951,51	-405.829,32	150.122,19
Contagens	747.212,63	-747.098,87	113,76
Iluminação pública	1.144.037,67	-658.552,72	485.484,95
Totais	5.722.936,44	-3.632.178,77	2.090.757,67

Atendendo a que a NCP4 prevê o registo dos bens em concessão no concedente, apesar da informação prestada pelo concessionário não ser totalmente completa (não reportam o montante das depreciações do período), mas como envolve montantes expressivos, considerou-se como sendo relevante o seu registo, tomando alguns pressupostos.

Analisada a concessão à luz da NCP 4, verifica-se que esta concessão é a do modelo de atribuição de um direito, ou seja, a de permitir, neste caso, à E-Redes explorar a distribuição de eletricidade de baixa atenção.

Este modelo, em termos simplificados, assenta na necessidade de registar no concedente (o Município) os bens da concessão, incluindo os edificadas pelo concessionário, tendo por contrapartida o registo de um passivo, o qual refletirá o valor líquido dos bens da

concessão. De referir que numa eventual extinção ou resgate da concessão, é precisamente este montante, o valor líquido dos bens, que teria, tendencialmente, de ser pago pelo Município à concessionária (situação prevista no contrato de concessão).

Não informando a E-Redes o valor das depreciações do período, estimaram-se as mesmas, tendo por base os anos de vida útil reportados pela concessionária, assim como o montante do ativo fixo bruto que ainda está a depreciar e aplicar esse mesmo rácio aos valores de 2023.

Lógica similar foi aplicada aos subsídios ao investimento conexos.

Por fim, foi feito o reconhecimento na rubrica 72 de prestações de serviços do diferencial entre as depreciações e subsídios ao investimento, tornando estes registos neutros em termos de efeitos no resultado líquido do Município e permitindo que o valor da rubrica 2824 fique a refletir o valor líquido dos bens a 31/12/2023.

Descrição	Reconhecimento / Situação Inicial (1)	Depreciações e reconhecimento rendimentos do período (2)	Outras variações no período (3)	Saldo Final
Ativo Fixo Tangível (430X)				
Valores brutos	11.294.156,05			11.294.156,05
Depreciações acumuladas	-7.230.169,33	-320.490,23		-7.550.659,56
Subsídios ao investimento (59X)				
Valores brutos	5.571.219,61			5.571.219,61
Valores reconhecidos em rendimentos acumulados	-3.768.463,61	-150.017,19		-3.918.480,80
Valor Líquido dos Bens	2.261.230,72	-170.473,04	0,00	5.396.235,30
2824 - Passivo da Concessão	2.261.230,72	-170.473,04	0,00	2.090.757,68

(1) Em 2023, no reconhecimento inicial, apenas foi estimada a situação inicial tendo em conta as depreciações acumuladas em 31/12/2022.

(2) Montantes estimados de depreciações e subsídios ao investimento do período, com a respetiva compensação do passivo da concessão registada em proveitos.

(3) Coluna que nos anos seguintes ao reconhecimento inicial servirá para refletir os ajustamentos necessários de registar no património para ser possível refletir os novos valores reportados pela concessionária. Será nesta coluna que se refletirá o impacto líquido das compras, alienações e abates ocorridos no ano.

Além dos montantes já referidos, o Município recebe, e contabiliza as verbas no âmbito de rendas de concessão, que em 2023 ascenderam a 553.128,83€ e que são tratados de acordo com a NCP13 – Rendimentos com contraprestação, tal como previsto no parágrafo 27 da NCP4.

Nota 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2020, encontram-se registrados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceitos até àquela data, deduzido das depreciações.

Na transição para o SNC-AP os prédios rústicos e urbanos ficaram mensurados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT). Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo para os restantes ativos não correntes.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro de 2020 são registrados ao custo de aquisição ou produção líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de aquisição ou produção incluem o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessária para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a entidade espera incorrer. Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade e o custo possa ser mensurado com fiabilidade.

b) Método de depreciação usado

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil máximo dado constantes no Classificador Complementar 2 – cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, do SNC-AP.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

Ativos fixos tangíveis	Edifícios e Outras Construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros ativos fixos tangíveis
Taxas de depreciação	5,00%	entre 5% e 20%	25,00%	12,50%	entre 2% e 25%
Métodos de depreciação	Linha reta	Linha reta	Linha reta	Linha reta	Linha reta

5.1 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - VARIAÇÃO DAS DEPRECIACÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS

Rubricas	31/12/2022				31/12/2023			
	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Quantia Escriturada		
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	9.801.780,08	0,00	9.801.780,08	10.415.131,82	0,00	10.415.131,82		
Edifícios e outras construções	3.036.614,22	615.732,84	2.420.881,38	3.050.805,29	668.047,17	2.382.758,12		
Infraestruturas	60.166.710,33	30.426.669,23	29.740.041,10	60.467.445,90	32.871.561,69	27.595.884,21		
Património histórico, artístico e cultural	509.146,43	0,00	509.146,43	648.140,25	0,00	648.140,25		
Bens de domínio público em curso	7.825.417,62	0,00	7.825.417,62	11.484.667,58	0,00	11.484.667,58		
	81.339.668,68	31.042.402,07	50.297.266,61	86.066.190,84	33.539.608,86	52.526.581,98		
Ativos fixos em concessão								
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	11.294.156,05	7.550.659,56	3.743.496,49		
	0,00	0,00	0,00	11.294.156,05	7.550.659,56	3.743.496,49		
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	49.442.093,71	0,00	49.442.093,71	47.935.480,47	0,00	47.935.480,47		
Edifícios e outras construções	52.369.709,58	8.219.225,56	44.150.484,02	53.977.928,25	9.185.128,74	44.792.799,51		
Equipamento básico	5.597.912,64	4.795.390,62	802.522,02	5.740.149,63	5.010.226,72	729.922,91		
Equipamento de transporte	5.081.706,52	3.853.257,71	1.228.448,81	5.297.816,65	4.141.527,53	1.156.289,12		
Equipamento administrativo	1.787.905,77	1.549.696,45	238.209,32	1.855.923,53	1.647.412,66	208.510,87		
Outros	3.262.564,35	2.806.149,74	456.414,61	3.382.951,16	2.914.947,74	468.003,42		
Ativos fixos tangíveis em curso	3.646.243,02	0,00	3.646.243,02	4.557.021,90	0,00	4.557.021,90		
	121.188.135,59	21.223.720,08	99.964.415,51	122.747.271,59	22.899.243,39	99.848.028,20		
TOTAL	202.527.804,27	52.266.122,15	150.261.682,12	220.107.618,48	63.989.511,81	156.118.106,67		

5.2 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES DO PERÍODO

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações				Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas	Depreciações do período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	9.801.780,08	0,00	613.351,74	0,00	0,00	10.415.131,82
Edifícios e outras construções	2.420.881,38	14.191,07	0,00	-52.314,33	0,00	2.382.758,12
Infraestruturas	29.740.041,10	99.284,01	213.900,51	-2.457.341,41	0,00	27.595.884,21
Património histórico, artístico e cultural	509.146,43	21.430,94	117.563,18	-0,30	0,00	648.140,25
Bens de domínio público em curso	7.825.417,62	4.214.218,76	-554.968,80	0,00	0,00	11.484.667,58
	50.297.266,61	4.349.124,78	389.846,63	-2.509.656,04	0,00	52.526.581,98
Ativos fixos em concessão						
Infraestruturas	0,00	11.294.156,05	0,00	-320.490,23	-7.230.169,33	3.743.496,49
	0,00	11.294.156,05	0,00	-320.490,23	-7.230.169,33	3.743.496,49
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	49.442.093,71	165.090,00	-613.351,74	0,00	-1.058.351,50	47.935.480,47
Edifícios e outras construções	44.150.484,02	470.477,64	1.159.044,85 €	-959.575,41	-27.631,59	44.792.799,51
Equipamento básico	802.522,02	314.373,95	-93.115,96	-291.821,71	-2.035,39	729.922,91
Equipamento de transporte	1.228.448,81	216.110,13	0,00	-288.269,82	0,00	1.156.289,12
Equipamento administrativo	238.209,32	71.764,55	0,00	-101.463,00	0,00	208.510,87
Outros	456.414,61	121.262,47	0,00	-109.412,08	-261,58	468.003,42
Ativos fixos tangíveis em curso	3.646.243,02	1.728.755,44	-817.976,56	0,00	0,00	4.557.021,90
	99.964.415,51	3.087.834,18	-365.399,41	-1.750.542,02	-1.088.280,06	99.848.028,20
TOTAL	150.261.682,12	18.731.115,01	24.447,22	-4.580.688,29	-8.318.449,39	156.118.106,67

5.2A ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – ADIÇÕES

Rubricas	Adições			
	Compra	Doação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural				
Edifícios e outras construções	14.191,07	0,00	0,00	14.191,07
Infraestruturas	99.284,01	0,00	0,00	99.284,01
Património histórico, artístico e cultural	14.930,94	6.500,00	0,00	21.430,94
Bens de domínio público em curso	4.214.218,76	0,00	0,00	4.214.218,76
	4.342.624,78	6.500,00	0,00	4.349.124,78
Ativos fixos em concessão				
Infraestruturas	0,00	0,00	11.294.156,05	11.294.156,05
	0,00	0,00	11.294.156,05	11.294.156,05
Outros ativos fixos tangíveis				
Terrenos e recursos naturais	75.000,00	0,00	90.090,00	165.090,00
Edifícios e outras construções	470.477,64	0,00	0,00	470.477,64
Equipamento básico	314.373,95	0,00	0,00	314.373,95
Equipamento de transporte	216.110,13	0,00	0,00	216.110,13
Equipamento administrativo	71.764,55	0,00	0,00	71.764,55
Outros	121.262,47	0,00	0,00	121.262,47
Ativos fixos tangíveis em curso	1.728.755,44	0,00	0,00	1.728.755,44
	2.997.744,18	0,00	90.090,00	3.087.834,18
TOTAL	7.340.368,96	6.500,00	11.384.246,05	18.731.115,01

5.2B ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – DIMINUIÇÕES

Rubricas	Diminuições		
	Alienações a título oneroso	Outras	Total
Ativos fixos em concessão			
Infraestruturas	0,00	-7.230.169,33	-7.230.169,33
	0,00	-7.230.169,33	-7.230.169,33
Outros ativos fixos tangíveis			
Terrenos e recursos naturais	-635.348,70	-423.002,80	-1.058.351,50
Edifícios e outras construções	-1.264,65	-26.366,94	-27.631,59
Equipamento básico	0,00	-2.035,39	-2.035,39
Outros	0,00	-261,58	-261,58
	-636.613,35	-451.666,71	-1.088.280,06
TOTAL	-636.613,35	-7.681.836,04	-8.318.449,39

Nota 7. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os juros dos financiamentos obtidos, não foram capitalizados, já que de acordo com a NCP 7 - Custos de Empréstimos Obtidos, nomeadamente o parágrafo 20, a capitalização dos custos de empréstimos obtidos deve cessar quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo que se qualifica para o seu uso pretendido ou venda estão substancialmente concluídas.

Em 31 de dezembro de 2023 a rubrica de financiamentos obtidos consolidados estava assim desagregada:

Designação	Quantia escriturada inicial	Quantia escriturada final	Custos associados
Financiamentos obtidos			
Passivo não corrente	7.828.270,30	7.663.962,79	306.971,86
Passivo corrente	1.528.812,12	1.269.405,33	
TOTAL	9.357.082,42	8.933.368,12	306.971,86

Nota 8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

a) Bases de Mensuração

As propriedades de investimento são registadas pelo método do custo e sujeitas anualmente a depreciação e teste de imparidade. Na adoção pela primeira vez do SNC-AP, o reconhecimento, foi efetuado pelo VPT, enquanto valor de mensuração inicial correspondendo o mesmo ao custo de aquisição. Para efeitos de divulgação, no final do ano de 2021, o valor do VPT, corresponde igualmente ao justo valor dos bens registados em Propriedades de investimento.

b) Método de depreciação usado

As depreciações das propriedades de investimento são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil dado constantes no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, do SNC-AP - (CC2).

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo fixo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos mesmos dos ativos fixos tangíveis.

Ativos fixos tangíveis	Edifícios e Outras Construções
Taxas de depreciação	5,00%
Métodos de depreciação	Linha reta

8.1 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO - MODELO DO CUSTO - QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis. De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do ano.

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações	Quantia escriturada final
		Depreciações do período	
Propriedades de Investimento			
Terrenos e recursos naturais	17.366.682,91		17.366.682,91
Edifícios e outras construções	119.864,08	-2.446,80	117.417,28
TOTAL	17.486.546,99	-2.446,80	17.484.100,19

8.2 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO - MODELO DO CUSTO – ADIÇÕES

Não houve adições no ano de 2023.

8.3 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO - MODELO DO CUSTO – DIMINUIÇÕES

Não houve diminuições no ano de 2023.

Nota 9. IMPARIDADE DE ATIVOS

9.2 IMPARIDADE DE ATIVOS GERADORES DE CAIXA E ATIVOS NÃO GERADORES DE CAIXA

Ativo	Natureza	31/12/2023				31/12/2022			
		Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia recuperável	Quantia recuperável
Cientes, contribuintes e utentes	Gerador de caixa	2.573.318,17	1.721.243,62	852.074,55	2.199.222,04	1.582.052,80	617.169,24		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Não gerador de caixa	317.448,00	177.766,20	139.681,80	325.760,02	176.149,59	149.610,43		
TOTAL		2.890.766,17	1.899.009,82	991.756,35	2.524.982,06	1.758.202,39	766.779,67		

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia escriturada	Total aumentos	Reversões	Total diminuições		
Cientes, contribuintes e utentes	1.582.052,80	126.833,65	12.965,14	139.798,79	607,97	607,97	1.721.243,62	
Matérias-primas, subsid.e de consumo	176.149,59	2.990,77	0,00	2.990,77	1.374,16	1.374,16	177.766,20	
TOTAL	1.758.202,39	129.824,42	12.965,14	142.789,56	1.982,13	1.982,13	1.899.009,82	

Nota 10. INVENTÁRIOS

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante 2022 – custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

10.1 INVENTÁRIOS

Rubricas	31/12/2023				31/12/2022			
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia recuperável	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	317.448,00 €	177.766,20 €	139.681,80 €	325.760,02 €	176.149,59 €	149.610,43 €	149.610,43 €	

10.2 INVENTÁRIOS: MOVIMENTOS DO PERÍODO

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos/gastos	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	149.610,43	904.808,83	-915.264,50	-2.990,77	1.374,16	-1.225,09	3.368,74	139.681,80
TOTAL	149.610,43	904.808,83	-915.264,50	-2.990,77	1.374,16	-1.262.485,09	1.264.628,74	139.681,80

10.3 CMVMC - CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Custo das merc.vend.mat.consumidas		2023	2022
Matérias-primas		4.059,00	4.735,50
Matérias de consumo clínico		0,00	97,06
Materiais Diversos		356.186,53	291.212,24
Pneus		21.639,65	10.819,22
Combustíveis		302.496,16	317.291,21
Manutenção		1.244,98	2.159,75
Alimentação gêneros p/confecionar		230.086,34	158.319,21
Terrenos e propriedades		540.061,20	288.833,22
Totais		1.455.773,86	1.073.467,41

Rubricas	2023			2022		
	Mercadorias	Matérias- Primas Subs. Consumo	Total	Mercadorias	Matérias- Primas Subs. Consumo	Total
Existências iniciais	0,00	325.760,02	325.760,02	0,00	369.069,89	369.069,89
Compras		904.808,83	904.808,83	0,00	731.625,37	731.625,37
Regularização de existências	540.509,36	2.143,65	542.653,01	289.953,62	8.578,55	298.532,17
Existências finais	0,00	317.448,00	317.448,00	0,00	325.760,02	325.760,02
CMVMC	540.509,36	915.264,50	1.455.773,86	289.953,62	783.513,79	1.073.467,41

Nota 13. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

a) Políticas contabilísticas e métodos adotados

O rendimento das vendas é reconhecido na demonstração de resultados:

- i. Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- ii. Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
- iii. Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
- iv. Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- v. Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rendimento das prestações de serviços é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

O rendimento dos juros é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

O rendimento dos dividendos é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo.

b) Quantia de cada categoria de rendimentos

Tipo de transação com contraprestação	2023	2022
Prestações de Serviços	4.045.404,32	3.215.445,55
Venda de bens	3.911.494,83	2.190.124,22
Taxas, multas e outras penalidades	2.818.645,01	646.176,13
Juros	0,00	0,00
Dividendos ou distribuições similares	30.381,49	28.202,42
Outros rendimentos	1.722.431,79	1.828.234,15
TOTAL	12.528.357,44	7.908.182,47

Nota 14. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

a) Políticas contabilísticas e métodos adotados

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

b) Quantia de cada categoria de rendimentos

Tipo de transação sem contraprestação	2023	2022
Impostos diretos	5.489.699,48	5.566.241,14
Impostos indiretos	3.581.865,21	7.077.925,06
Transferências sem condição	8.812.039,62	7.107.900,74
Transferências com condição	1.804.049,82	1.516.753,27
Subsídios com condição	407.167,90	646.971,56
Outros	81.833,94	187.497,95
TOTAL	20.176.655,97	22.103.289,72

Nota 15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

15.1 PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes situações:

- i. **Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;**
- ii. **Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos que será necessário para liquidar a obrigação;**
- iii. **Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.**

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos para 3.676.329,20€, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

Encontravam-se ainda provisionados 1.600€ relativos a processos de contraordenação contestados de âmbito ambiental.

Nas outras provisões está incluída a provisão da Associação Pró Artes por fundos patrimoniais negativos.

Provisões	Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos		Diminuições		Quantia escriturada final
			Aumentos da quantia escriturada	Total de aumentos	Reversões	Total de diminuições	
Processos judiciais em curso		2.645.040,25	1.032.244,76	1.032.244,76	955,81	955,81	3.676.329,20
Matérias ambientais		25.600,00	0,00	0,00	24.000,00	24.000,00	1.600,00
Outras provisões		3.319,76	0,00	0,00	0,00	0,00	3.319,76
TOTAL		2.673.960,01	1.032.244,76	1.032.244,76	24.955,81	24.955,81	3.681.248,96

Nota 17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data mais quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Nota 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado menos perdas por imparidade expressam a os valores a seguir apresentados.

18.1 ATIVOS FINANCEIROS

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros								31/12/2023			31/12/2022		
Ativos Financeiros	Mensurados ao justo valor através de resultados	ATIVO NÃO CORRENTE											
		Participações Financeiras											
		- Participações de capital - MEP											
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	ATIVO NÃO CORRENTE												
	Participações Financeiras												
			16.781,36	0,00	16.781,36	16.435,63	0,00	16.435,63					
			462.440,74	0,00	462.440,74	462.229,41	0,00	462.229,41					
	ATIVO CORRENTE												
	Devedores p/transf.sub.emp.bonif.												
			2.293.597,74	0,00	2.293.597,74	1.867.316,35	0,00	1.867.316,35					
	Clientes, contribuintes e utentes												
			792.779,76	0,00	792.779,76	584.601,02	0,00	584.601,02					
			1.090,33	0,00	1.090,33	1.652,12	0,00	1.652,12					
			58.204,46	0,00	58.204,46	30.916,10	0,00	30.916,10					
		1.721.243,62	1.721.243,62	0,00	1.582.052,80	1.582.052,80	0,00						
Outros ativos													
		568.321,77	0,00	568.321,77	429.312,81	0,00	429.312,81						
		3.178.162,15	0,00	3.178.162,15	3.248.098,55	0,00	3.248.098,55						
		560.112,29	0,00	560.112,29	438.528,58	0,00	438.528,58						
		5.186,50	0,00	5.186,50	5.186,50	0,00	5.186,50						
		9.657.920,72	1.721.243,62	7.936.677,10	8.666.329,87	1.582.052,80	7.084.277,07						

18.2 PASSIVOS FINANCEIROS

Os credores por transferências e subsídios empréstimos bonificados, assumem a qualificação de financiamentos obtidos a seguir apresentados na sua agregação.

Os fornecedores resultam da atividade normal do Grupo Municipal enquanto dívidas correntes e os fornecedores de investimentos reportam as dívidas de investimento desenvolvidas.

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de passivos financeiros			31/12/2023	31/12/2022
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao custo	Credores p/transf.sub.emp.bonif.		
		- Cred. por transf. e sub. não reemb.	38.079,26	32.029,26
		- Cred. por emp.bon.e sub. reembolsáveis	2.526.536,88	2.512.462,19
		Fornecedores	771.628,54	756.559,82
		Outros passivos		
		- Estado e out.ent.públicos	429.539,63	308.818,47
		- Fornecedores de investimentos	344.660,58	126.664,49
		- Cred. por acréscimos	1.671.575,25	1.491.295,39
		- Credores diversos	1.126.505,83	1.296.340,46
		- Rendimentos a reconhecer	10.516.141,32	8.000.735,09
		Financiamentos obtidos	6.406.831,24	6.844.620,23
		Totais	23.831.498,53	21.369.525,40

Nota 20. DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

20.1 TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Município de Sines / SinesTecnopolo

Tipo de Fluxos	Obrigações / Pagamentos			Direitos / Recebimentos				
	Saldo inicial (1)	Obrigações constituídas no exercício (2)	Pagamentos do exercício (4)	Saldo final (6)=(1)+(2)- (3)-(4)	Saldo inicial (7)	Direitos constituídos no exercício (8)	Recebimentos do exercício (10)	Saldo final (11)=(7)+(8)- (9)-(10)
Transferências	0,00	170.000,00	170.000,00	0,00	0,00			0,00
Relações Comerciais	0,00			0,00	10.361,42	14.605,39	4.928,66	20.038,15
Total	0,00	170.000,00	170.000,00	0,00	10.361,42	14.605,39	4.928,66	20.038,15

Município de Sines / Associação Pro Artes

Tipo de Fluxos	Obrigações / Pagamentos			Direitos / Recebimentos				
	Saldo inicial (1)	Obrigações constituídas no exercício (2)	Pagamentos do exercício (4)	Saldo final (6)=(1)+(2)- (3)-(4)	Saldo inicial (7)	Direitos constituídas no exercício (8)	Recebimentos do exercício (10)	Saldo final (11)
Transferências	0,00	129.360,00	129.360,00	0,00				0,00
Total	0,00	129.360,00	129.360,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 23. OUTRAS DIVULGAÇÕES

23.1 MOVIMENTOS EXTRA-CONTABILÍSTICOS EFETUADOS PARA EFEITOS DE CONSOLIDAÇÃO

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram eliminados todos os créditos e dívidas recíprocos entre as entidades consolidantes, os ativos correspondentes a ganhos resultantes de operações realizadas reciprocamente o capital social que o Município de Sines detém nas entidades consolidadas. Posteriormente foram apurados os “interesses minoritários”, conforme se encontra demonstrado no quadro abaixo.

Lançamento	Descrição	A Débito		A Crédito	
		Conta	Valor	Conta	Valor
L1	Eliminação de custos e proveitos relativos à quota anual da CMS para o Sines Tecnopolo	75	170.000,00 €	60	170.000,00 €
L2	Eliminação de custos e proveitos relativos à quota anual da CMS para a Pro Artes	75	99.360,00 €	60	99.360,00 €
L3	Eliminação da faturação emitida pela CMS ao Sines Tecnopolo - Fornecimento de água	712	14.605,39 €	62	14.605,39 €
L4	Eliminação do saldo de conta corrente relativo à faturação de água da CMS ao Sines Tecnopolo	221	20.038,15 €	211	20.038,15 €
L5	Eliminação de custos e proveitos relativos à prestação de serviços da Pró-Artes para a CMS	75	30.000,00 €	60	30.000,00 €
L6	Eliminação da equivalência patrimonial efetuada na prestação de contas individual da CMS relativa ao Sines Tecnopolo - RLE	78	162.062,59 €		
L7	Eliminação da equivalência patrimonial relativa ao SinesTecnopolo	51	850.000,00 €	411	2.138.451,53 €
		5712	324.908,09 €	5711	314.196,59 €
		5713	1.951.743,70 €	59	836.066,27 €
L8	Eliminação da equivalência patrimonial efetuada na prestação de contas individual da CMS relativa à Pró-Artes - RLE	76	31.439,03 €		
L9	Eliminação da equivalência patrimonial relativa à Pró-Artes	299	187.184,35 €	5711	42.672,60 €
		51	138.000,00 €	5713	303.403,90 €
		5712	769.475,16 €	59	780.022,04 €
L10	Método da equivalência patrimonial - Município, EM.	414	-1.312,03 €	683	-1.247,24 €
		414	-1.247,24 €	571	-1.312,03 €
L11	Interesses Minoritários - Resultado Líquido do Período	88	30.244,12 €	59	234.025,20 €
	Interesses Minoritários - Capitais Próprios	51	158.443,16 €		
		58	177.973,81 €		
		571	25.000,00 €		
		59	237.327,30 €		
	Interesses Minoritários			IM	394.963,18 €
Total			5.375.245,58 €		5.375.245,58 €

23.2 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Fornecimentos e serviços externos		2023	2022
621	Subcontratos e parcerias	1.319.038,41	1.120.545,76
	- Serviços de Saneamento básico	363.648,34	320.523,00
	- Serv.Recolha e Trat.Dep.Resíduos	590.313,05	369.156,00
	- Água - Abastecimento Público	29.798,52	22.498,91
	- Espaços de desporto cultura e lazer	136,30	2.029,50
	- Limpeza Urbana	56.137,69	46.174,20
	- Iluminação Pública	229.897,58	264.023,01
	- Transportes Escolares	31.709,85	62.213,65
	- Cantinas Escolares - refeições confeccionadas	156,27	55,35
	- Cantinas Escolares - refeições p/ confeccionadas	8.467,62	12.886,11
	- Outros	8.773,19	20.986,03
622	Serviços especializados	5.066.362,82	4.397.989,51
	- Trabalhos especializados	3.598.436,73	3.128.358,04
	- Publicidade comunicação e imagem	124.799,72	130.842,28
	- Vigilância e segurança	129.752,81	90.607,21
	- Honorários	299.901,38	289.671,38
	- Comissões de cobrança de impostos e taxas	168.663,48	256.598,89
	- Comissões de outras cobranças	21.031,20	21.138,29
	- Comissões de serviços financeiros	4.736,90	2.469,83
	- Conservação e reparação	706.079,62	422.855,98
	- Outros serviços especializados	12.960,98	55.447,61
623	Materiais de consumo	294.613,81	325.455,77
	- Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	76.340,18	74.616,57
	- Livros e documentação técnica	3.294,11	28.298,89
	- Material de escritório	10.464,25	8.702,35
	- Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	61.545,88	103.140,88
	- Material de educação cultura e recreio	91.636,03	53.140,52
	- Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	14.399,91	4.273,59
	- Medicamentos e artigos para a saúde	1.482,64	3.552,01
	- Produtos químicos e de laboratórios	5.799,83	3.243,00
	- Outros fornecimentos e serviços	29.650,98	46.487,96
624	Energia e fluídos	695.997,16	553.636,09
	- Eletricidade	587.119,71	405.108,08
	- Combustíveis e lubrificantes	119.291,63	147.518,71
	- Outros	-10.414,18	1.009,30
625	Deslocações, estadas e transportes	44.918,66	29.218,66
	- Deslocações e estadas	30.362,39	28.299,08
	- Transportes Escolares	14.187,75	894,00
	- Transportes de pessoal	340,00	
	- Outros	28,52	25,58
626	Serviços diversos	942.064,00	992.534,33
	- Rendas e alugueres	118.200,88	124.057,83
	- Comunicação	84.135,86	83.161,63

Fornecimentos e serviços externos		2023	2022
- Seguros		131.911,25	112.987,78
- Contencioso e notariado		11.215,63	5.109,21
- Despesas de representação dos serviços		8.640,37	4.246,05
- Limpeza, higiene e conforto		290.686,65	450.203,91
- Outros serviços		297.273,36	212.767,92
Totais		8.362.994,86	7.419.380,12

23.3 GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com pessoal apresentam a seguinte evolução:

Gastos com o pessoal	2023	2022
Remunerações Órgãos Autárquicos	225.031,24	214.071,34
Remunerações do pessoal		
- Remunerações base	6.763.986,74	5.938.873,22
- Subsídios de férias	708.016,83	566.313,10
- Subsídios de Natal	572.284,72	524.596,56
- Despesas de representação	15.231,00	16.024,14
- Subsídio de refeição	726.270,23	572.624,37
- Trabalho extraordinário	449.980,31	398.436,80
- Subsídio de prevenção, trabalho noturno e de turno	132.101,70	113.585,36
- Abono para falhas	19.618,06	25.308,59
- Ajudas de custo	56.866,80	54.966,83
- Outros suplementos	78.825,13	73.929,87
Pensões	0,00	0,00
Indemnizações	4.508,71	4.952,68
Encargos s/ Remunerações	2.147.572,49	1.928.536,02
Seguros de acid. trab e doenças profis.	105.854,74	74.879,88
Outros gastos com o pessoal	376.858,65	370.663,79
Outros encargos sociais	246.416,99	260.708,16
	12.629.424,34	11.138.470,71

Nota final: As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Grupo Municipal ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Município de Sines

Demonstração consolidada de desempenho orçamental

RECEBIMENTOS				PAGAMENTOS			
Rubrica		2023	2022	Rubrica		2023	2022
Saldo da gerência anterior							
Operações orçamentais (1)							
Devolução do saldo oper. Orçamentais							
Operações tesouraria (A)							
Receita corrente							
R1	Receita Fiscal			D.1	Despesa corrente	24.350.304,93	21.739.188,92
R1.1	Impostos Diretos	899.896,23	719.342,34	D.1.1	Despesa com o Pessoal	12.527.716,31	11.221.205,99
R1.2	Impostos Indiretos	26.957.235,21	27.270.197,70	D.1.1	Remunerações Certas e Permanentes	9.209.223,55	8.184.169,80
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas	9.153.579,52	12.910.649,70	D.1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	730.483,02	717.462,20
R3	Taxas, multas e outras penalidades	9.153.579,52	12.910.649,70	D.1.3	Segurança Social	2.988.009,74	2.319.573,99
R4	Rendimentos de propriedade	8.714.576,96	544.984,18	D2	Aquisição de Bens e Serviços	9.228.821,07	8.059.259,01
R5	Transferências e subsídios correntes	8.714.576,96	7.001.545,95	D3	Juros e Outros Encargos	293.080,93	190.456,65
R5.1	Transferências Correntes	8.636.182,78	6.866.823,17	D4	Transferências e subsídios correntes	2.210.565,05	2.146.993,94
R5.1.1	Administrações Públicas	8.561.442,10	6.806.692,09	D4.1	Transferências Correntes	2.208.906,22	2.146.993,94
R5.1.1.1	Administração Central - Estado	74.740,68	60.131,08	D4.1.1	Administrações Públicas	1.235.643,28	1.286.080,11
R5.1.1.2	Administração Central - Outras Entidades	0,00		D4.1.1.1	Administração Central - Estado	235.159,01	334.765,80
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00		D4.1.1.2	Administração Central - Outras Entidades		
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00		D4.1.1.3	Segurança Social		
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D4.1.1.4	Administração Regional		
R5.1.2	Exterior - EU	0,00		D4.1.1.5	Administração Local		
R5.1.3	Outras	78.394,18	134.722,78	D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo		
R5.2	Subsídios correntes	0,00		D4.1.3	Famílias	167.684,56	148.527,35
R6	Venda de bens e serviços	5.627.049,71	5.137.507,07	D4.1.4	Outras	0,00	0,00
R7	Outras Receitas Correntes	92.529,05	659.090,05	D4.2	Subsídios correntes	1.658,83	0,00
Receita capital				D5	Outras Despesas Correntes	92.121,57	121.273,33
R8	Venda de bens investimento	4.920.371,87	3.699.992,35	D6	Aquisição de bens de capital	7.525.593,74	6.343.593,05
R9	Transferências e subsídios de capital	2.611.178,66	969.283,05	D7	Transferências e subsídios de capital	7.417.444,34	6.295.501,47
R9.1	Transferências Capital	2.306.754,55	2.692.356,69	D7.1	Transferências de Capital	108.149,40	48.091,58
R9.1.1	Administrações Públicas	2.214.837,69	2.692.356,69	D7.1.1	Administrações Públicas	108.149,40	48.091,58
R9.1.1.1	Administração Central - Estado	2.214.837,69	2.692.356,69	D7.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - Outras Entidades			D7.1.1.2	Administração Central - Outras Entidades		
R9.1.1.3	Segurança Social			D7.1.1.3	Segurança Social		
R9.1.1.4	Administração Regional			D7.1.1.4	Administração Regional		
R9.1.5	Administração Local			D7.1.1.5	Administração Local		
R9.1.2	Exterior -EU			D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00
R9.1.3	Outras	91.916,86		D7.1.3	Famílias	108.149,40	48.091,58
R9.2	Subsídios de capital			D7.1.4	Outras		
R10	Outras Receitas capital	2.018,17	1.756,15	D7.2	Subsídios de capital		
R11	Reposição não abatidas ao pagamento	420,49	36.596,46	D8	Outras Despesas Capital		
Receita efetiva (2)				D9	Despesa não efetiva (6)	31.875.898,67	28.082.781,97
Receita não efetiva (3)				D10	Despesa com ativos financeiros	2.885.239,78	1.758.091,73
R12	Receita com ativos financeiros	2.651.283,33	412.605,71		Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00		Despesa com passivos financeiros	2.885.239,78	1.758.091,73
Soma (4)=(1)+(2)+(3)					Soma (7)=(5)+(6)	34.761.138,45	29.840.873,70
Operações de tesouraria (B)					Operações de Tesouraria (C)	72.405,74	28.840.873,70
					Saldo para a gerência seguinte	3.984.897,75	4.290.032,53
					Operações orçamentais (8)=(4)-(7)	3.157.888,26	3.390.136,30
					Operações de tesouraria (D)=(A)+(B)-(C)	827.009,49	899.896,23
					Saldo global (2)+(5)	1.708,41	2.887.408,08
					Despesa Primária	31.582.817,74	27.892.325,32
					Saldo Corrente	2.606.930,28	5.531.088,78
					Saldo Capital	-2.605.221,87	-2.643.600,70
					Saldo Primário	294.789,34	3.077.864,73
					Receita total (1)+(2)+(3)	37.919.026,71	33.231.010,00
					Despesa total (5)+(6)	34.761.138,45	29.840.873,70

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

Município de Sines

Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza

Rubrica		LIQUIDAÇÕES		Rubrica		OBRIGAÇÕES		2023		2022	
R1		Receita corrente		3.277.144,47		3.068.896,51		Despesa corrente		1.312.135,28	
R1.1		Receita Fiscal		0,00		0,00		D.1		Despesa com o Pessoal	
R1.2		Impostos Diretos		0,00				D.1.1		Remunerações Certas e Permanentes	
R2		Impostos Indiretos						D.1.2		Abonos Variáveis ou Eventuais	
R3		Contribuições para sistemas de proteção social e subistemas						D.1.3		Segurança Social	
R4		Taxas, multas e outras penalidades				98.778,02		D2		Aquisição de Bens e Serviços	
R5		Rendimentos de propriedade				0,00		D3		Juros e Outros Encargos	
R5.1		Transferências e subsídios correntes				437.963,89		D4		Transferências e subsídios correntes	
R5.1.1		Transferências Correntes				543.570,84		D4.1		Transferências Correntes	
R5.1.1.1		Administrações Públicas				543.570,84		D4.1.1		Administrações Públicas	
R5.1.1.2		Administração Central - Estado				543.570,84		D4.1.1.1		Administração Central - Estado	
R5.1.1.3		Administração Central - Outras Entidades				0,00		D4.1.1.2		Administração Central - Outras Entidades	
R5.1.1.4		Segurança Social				0,00		D4.1.1.3		Segurança Social	
R5.1.1.5		Administração Regional				0,00		D4.1.1.4		Administração Regional	
R5.1.2		Administração Local				0,00		D4.1.1.5		Administração Local	
R5.1.3		Exterior - EU				0,00		D4.1.2		Entidades do setor não lucrativo	
R5.2		Outras				0,00		D4.1.3		Famílias	
R6		Subsídios correntes				0,00		D4.1.4		Outras	
R7		Venda de bens e serviços				1.937.146,89		D4.2		Subsídios correntes	
R8		Outras Receitas Correntes				108.432,60		D5		Outras Despesas Correntes	
R9		Receita capital				2.099.586,02		D6		Despesa capital	
R9.1		Venda de bens investimento				6.127,12		D7		Aquisição de bens de capital	
R9.1.1		Transferências e subsídios de capital				1.602.944,19		D7.1		Transferências e subsídios de capital	
R9.1.1.1		Transferências Capital				1.602.944,19		D7.1.1		Transferências de Capital	
R9.1.1.2		Administrações Públicas				1.602.944,19		D7.1.1.1		Administrações Públicas	
R9.1.1.3		Administração Central - Estado				1.602.944,19		D7.1.1.2		Administração Central - Estado	
R9.1.1.4		Administração Central - Outras Entidades				1.602.944,19		D7.1.1.3		Segurança Social	
R9.1.5		Segurança Social						D7.1.1.4		Administração Regional	
R9.1.2		Administração Regional						D7.1.1.5		Administração Local	
R9.1.3		Exterior -EU						D7.1.2		Entidades do setor não lucrativo	
R9.2		Outras						D7.1.3		Famílias	
R10		Subsídios de capital				10.338,86		D7.2		Subsídios de capital	
R11		Outras Receitas capital				6.564,54		D8		Outras Despesas Capital	
R12		Reposição não abatidas ao pagamento				0,00		Despesa efetiva (4)		1.219.826,57	
R13		Receita não efetiva (2)				0,00		Despesa não efetiva (5)		0,00	
R14		Receita com ativos financeiros				0,00		D9		Despesa com ativos financeiros	
R15		Receita com passivos financeiros				0,00		D10		Despesa com passivos financeiros	
R16		Receita total (3)=(1)+(2)				4.682.179,56		Despesa total (6)=(4)+(5)		1.344.247,18	



Digitally signed by
[Assinatura Qualificada]
Nuno José Gonçalves
Mascarenhas
Date: 2024.06.12 12:30:52
+01:00

O Presidente da Câmara Municipal

Nuno Mascarenhas



Digitally signed by
[Assinatura Qualificada]
Fernando Miguel Ramos
Date: 2024.06.11
17:56:41 +01:00

O Vice-Presidente

Fernando Ramos



Digitally signed by
[Assinatura Qualificada]
Filipa Marta Torres Faria
Date: 2024.06.11
14:00:11 +01:00

A Vereadora

Filipa Faria



Digitally signed by
[Assinatura Qualificada] José
Manuel Guerreiro Arsénio
Date: 2024.06.11 14:45:28
+01:00

O Vereador

José Arsénio

O Vereador

António Braz

**JAIME ANTÓNIO
PEREIRA PIRES
DE CÁCERES**

Digitally signed by JAIME
ANTÓNIO PEREIRA
PIRES DE CÁCERES
Date: 2024.06.17
14:51:19 +01:00

O Vereador

Jaime Cáceres

**GONÇALO JOSÉ
TEIXEIRA PIMENTA
MALDONADO
NAVES**

Digitally signed by
GONÇALO JOSÉ
TEIXEIRA PIMENTA
MALDONADO NAVES
Date: 2024.06.19 11:04:33
+01:00

O Vereador

Gonçalo Naves

O Presidente da Assembleia Municipal

O 1º Secretário

O 2º Secretário



Digitally signed by
[Assinatura Qualificada]
Ricardo Alexandre
Ramos Barbosa
Date: 2024.05.28
16:22:17 +01:00

O Chefe da Divisão de Administração e Finanças

Contabilista Público OCC n.º 79.169
Ricardo Barbosa

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Sines** (Grupo/Entidade), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2023, (que evidencia um total de **185.891.965,55 €** e um total do património líquido de **158.379.218,06 €**, incluindo um resultado líquido de **818.523,33 €**), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações do património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo, o seu desempenho financeiro consolidado, os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das Entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Nos termos e no âmbito da NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente, e decorrente da reserva efetuada na Certificação Legal das Contas individual, relativa ao exercício de 2022, o Município de Sines, no decurso do exercício de 2023, obteve a informação necessária para o registo contabilístico dos ativos em concessão atribuídos à E-REDES – Distribuição de Eletricidade, S.A. (anteriormente designada de EDP Distribuição – Energia, S.A.), conforme referido na nota 4 do anexo. O reconhecimento e atualizações destas concessões requer um trabalho contínuo nos exercícios económicos futuros.

A nossa opinião não é modificada quanto a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão executivo é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro consolidado, os fluxos de caixa consolidados e a execução orçamental da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Grupo/Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O Órgão Executivo é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas consolidadas do Grupo.

A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras e orçamentais consolidadas auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sines, 13 de junho de 2024

TELES, SANTINHO & ASSOCIADO, SROC, Lda.,
representada por
ROC 1503 | CMVM 20161113